



Neil Brenner

# Teses sobre a urbanização

No começo da década de 1970, um jovem sociólogo marxista chamado Manuel Castells (na época, exilado em Paris), iniciou sua intervenção, que logo se tornaria um clássico, *A Questão Urbana*, ao declarar seu “espanto” que debate a respeito dos “problemas urbanos” que estavam se tornando “um elemento essencial nas políticas de governos, nas preocupações da mídia de massa e, consequentemente, no dia-a-dia de grande parte da população” (1977 [1972]: 1). Para Castells, esse espanto surgiu da sua perspectiva marxista ortodoxa, que pressupunha que a preocupação pelas questões urbanas eram ideológicas. Acreditava que o verdadeiro motor da mudança social residia em outro lado, na ação da classe trabalhadora e a mobilização anti-imperialista. Sobre essa base, Castells procedeu a desconstruir aquilo que via como a “ideologia urbana” predominante sob o capitalis-

mo gerencial do pós-guerra: sua teoria levava a sério a construção social do fenômeno urbano no discurso acadêmico e político, mas em última instância associava essas representações com processos supostamente fundacionais, relacionados com o capitalismo e o papel do estado na reprodução da força laboral.

Quatro décadas depois da intervenção clássica de Castells, o discurso sobre as questões urbanas presente na primeira parte do século XXI pode provocar facilmente um assombro similar: não porque marcara as operações do capitalismo mas porque se tornou uma das meta-narrativas dominantes, por meio da qual se interpreta (tanto em meios acadêmicos quanto na

## Neil Brenner

é professor de Teoria Urbana na Harvard Graduate School of Design (GSD) e Coordenador do Urban Theory Lab. Sua pesquisa é focada nas dimensões teóricas, conceituais e metodológicas das questões urbanas. Mais sobre o Urban Theory Lab: <http://urbantheorylab.net>. Autor de “Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization”, recentemente publicado.

[nbrenner@gsd.harvard.edu](mailto:nbrenner@gsd.harvard.edu)

O artigo foi originalmente publicado no volume 25 do periódico *Public Culture*. “Theses on Urbanization”, *Public Culture*, 25, 1, 2013, 86-114. *Public Culture* 25:1 DOI 10.1215/08992363-1890477. Copyright 2013 by Duke University Press

Traduzido por  
Daphne Costa Besen.

esfera pública) nossa atual situação planetária. Hoje, a educação interdisciplinar avançada nas ciências sociais, planejamento e desenho está florescendo nas principais universidades, e os temas urbanos estão sendo debatidos energeticamente por historiadores, críticos literários e outros *experts* da área de humanas. Da mesma maneira, os cientistas físicos e computacionais e ecologistas, contribuem para o desenvolvimento dos estudos urbanos por meio de suas explorações de informações baseadas em satélites, análises geo-referenciadas e tecnologias de sistemas de informação geográfica (sigla em inglês: GIS), que oferecem perspectivas mais diferenciadas sobre as geografias da urbanização (Potere e Schneider 2007; Gamba e Herold 2009; Angel 2011). Alguns textos clássicos, como “Morte e vida das grandes cidades americanas” (1965) de Jane Jacobs e “Cidade de quartzo” (1991) de Mike Davis, seguem animando as discussões sobre urbanismo contemporâneo, e mais recente, livros populares sobre cidades, como “O triunfo da cidade” (2011) de Edward Glaeser, “Bem-vindos à revolução urbana” (2010) de Jeb Brugmann e “Quem é a sua cidade?” (2008) de Richard Florida, junto com documentários como “Urbanizado” (dir. Gary Hustwit; 2011) e “Megacidades” (dir. Michael Glawogger; 1998), são amplamente discutidos na esfera pública<sup>1</sup>. A Exposição Universal de 2010, celebrada em Shangai sob o lema “Uma melhor cidade, uma melhor vida”, e grandes museus, exposições, e bienais de Nova York, Veneza,

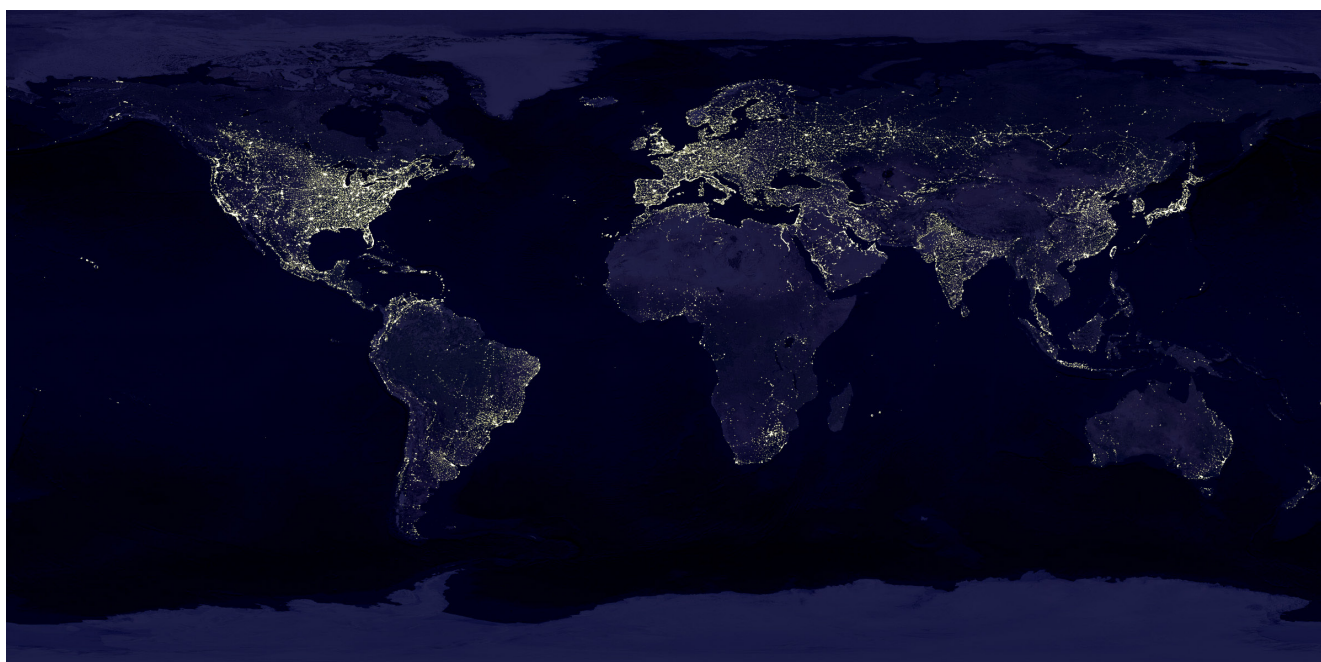
1 Para uma crítica mais forte de Florida 2008, Brugmann 2010 e Glaeser 2011, entre outros, ver Gleeson 2012.

Christchurch e Hong Kong dedicam grande atenção às questões da cultura urbana, desenho e desenvolvimento (Seijdel 2009; Kroeber 2012; Madden, forthcoming). O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU-Habitat 1996) declarou o advento de uma “era urbana”, gerada pelo rápido crescimento da população mundial<sup>2</sup> nas cidades. Essa visão urbano-cêntrica do atual momento geo-histórico se popularizou por meio de uma série de conferências temáticas desenvolvidas em algumas das principais metrópoles do mundo, que foram organizadas e financiadas mediante uma iniciativa conjunta da *London School of Economics* e o *Deutsche Bank* (Burdett e Sudjic 2006). Até os debates sobre as mudanças climáticas e o futuro da biosfera estão sendo conectados com assuntos sobre a urbanização. Agora se reconhece que o entorno construído do planeta – em efeito, a infraestrutura sócio-material da urbanização – contribui diretamente para estabelecer transformações transcendentais na atmosfera, os hábitos bióticos, as superfícies do uso da terra e as condições oceânicas, o que produz consequências a longo prazo para o metabolismo das formas de vida humana e não-humanas (Luke 1997; Sayre 2010).

Essas reorientações intelectuais e culturais coincidem temporalmente com uma série de transformações espaciais, reposicionamentos institucionais e mobilizações sociais em larga escala, que têm intensificado o significado e a magnitude das condições urbanas.

2 Para uma contextualização histórica e crítica detalhada dessa proposição da ONU, ver Brenner e Schmid 2012a.

**Figura 1:** Como essa imagem de satélite com luzes à noite ilustra, as geografias da urbanização explodiram as barreiras das cidades, metrópoles, região e território: assumiram uma escala planetária.



Fonte: National Aeronautics and Space Administration (NASA).

Em primeiro lugar, as geografias da urbanização (concebidas durante muito tempo com respeito às populações densamente concentradas e aos entornos construídos das cidades) estão adquirindo morfologias novas e de maior envergadura, que perfuram, atravessam e fazem explodir a antiga divisão entre o urbano e o rural (ver figura 1). Como explicam Edward Soja e Miguel Kanai (2006: 58):

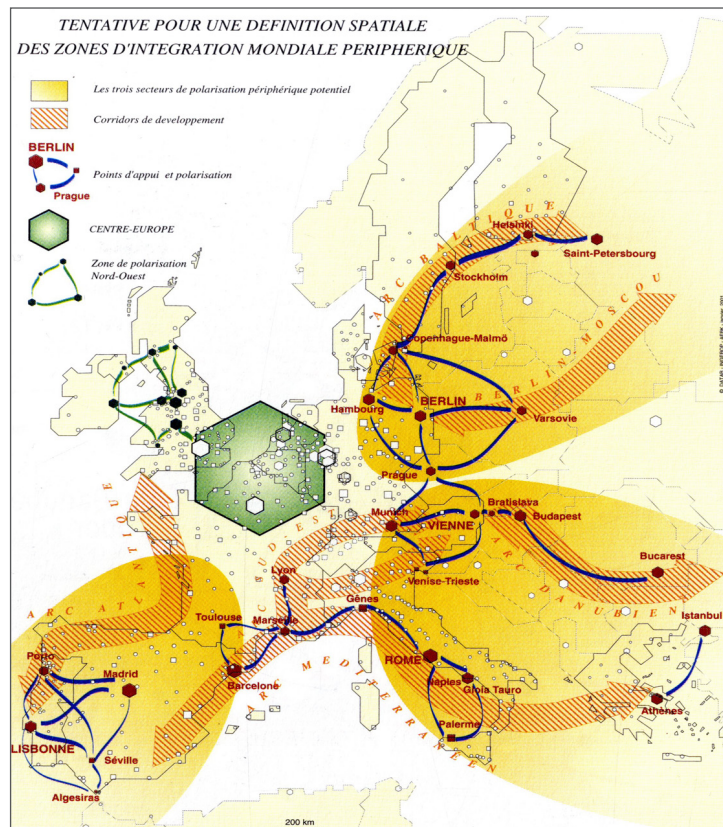
O urbanismo como modo de vida, circunscrito em outros tempos ao centro metropolitano histórico, se propagou externamente, criando densidades urbanas e novas cidades “externas” e “periféricas” onde antes havia subúrbios, campos verdes ou zonas rurais. Em algumas áreas, a urbanização se expandiu em escala regional, o que gerou galáxias urbanas gigantes, com tamanhos de população e graus de poli-centrismo que superam amplamente qualquer coisa imaginada há apenas algumas décadas (...). Em certos casos, as regiões metropolitanas se unem e formam conglomerados ainda maiores, como parte de um processo que poderia ser chamado de “urbanização regional estendida”.

Em segundo lugar, ao longo de cada uma das principais regiões econômicas do mundo, os respec-

tivos governos nacionais, estaduais e municipais têm impulsionado iniciativas políticas espacialmente seletivas para criar novas matrizes vinculadas a inversão de capitais transnacionais e o desenvolvimento urbano em vastas zonas de seus territórios (Ong 2000; Brenner 2004; Correa 2011; Park, Child Hill e Saito 2011). Essas estratégias públicas as vezes apontam para os núcleos metropolitanos tradicionais, mas também articulam amplas estruturas de acumulação e regulação espacial, que se organizam ao longo de corredores intercontinentais de transporte, grandes redes de infraestrutura, telecomunicações e energia, zonas de livre comércio, triângulos de crescimento transnacionais e regiões fronteiriças internacionais. Essa paisagem estendida de urbanização é agora um campo de força constituído por estratégias estatais regulatórias entrecruzadas, que têm sido desenhadas para territorializar, em longo prazo, investimentos de larga-escala no ambiente construído e para canalizar fluxos de matéria-prima, energia, produtos básicos, trabalho e capital por meio do espaço transnacional (ver figuras 2 e 3).

Um terceiro aspecto consiste em que, dentro desse tumulto mundial de reorganização sócio-espacial e regulatória, estão se cristalizando novos vetores de luta social urbana. Michael Hardt e Antonio Negri sugeriram recentemente que a metrópole contemporânea se converteu em um ponto de mobilização sócio-política, cujo papel é análogo ao que desempenhou a fábrica durante a época industrial. De acordo com esses filósofos, a cidade representa agora o “espaço do comum” (Hardt e Negri 2009: 250) e, por conseguinte, a base territorial para a ação coletiva sob as condições do capitalismo globalizador, os estados neoliberalizadores e o Império reconstituído. Em muitas regiões urbanas do planeta, a noção de direito à cidade (desenvolvida no final da década de 1960 por Henri Lefebvre) se transformou em um grito de combate para os movimentos sociais, as coalizões e os setores reformistas de tendências dominantes e radicais, assim como para diversas organizações não governamentais globais, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fórum Urbano Mundial (Harvey 2012; Mayer 2012; Merrifield 2012; Schmid 2012). Logo, o urbano já não é somente um local ou arena de conflitos políticos, mas se tornou um de seus principais interesses em disputa. Cada vez mais, a reorganização das condições urbanas aparece como um meio para modificar, em seu conjunto, as estruturas político-econômicas e as formações espaciais gerais do capitalismo mundial correspondentes a primeira parte do século XXI (ver figura 4).

Figura 2: Novas formas de planejamento espacial na União Europeia preveem uma infraestrutura integrada de extensão continental para transporte e comunicação - em efeito, uma matriz europeia de urbanização.



Fonte: INGEROP, Elaboration of a Long Term Polycentric Vision of the European Space Paris: Delegation pour l'Aménagement du Territoire et l'Action Régionale (DATAR), Dezembro de 2000.

Essas tendências são multifacetadas, voláteis e contraditórias, e suas importâncias acumuladas representam uma questão que sem dúvida está sujeita à interpretações e a um intenso debate. Embora, como mínimo, poderia se dizer que os espaços urbanos têm se tornado essenciais para a vida política, econômica, social e cultural, assim como para as condições socioambientais do mundo. Diversos campos da pesquisa social, a intervenção política e o discurso público sustentam agora que a configuração dos entornos urbanos/urbanizantes construídos e das respectivas instituições tem consequências significativas para o futuro do capitalismo, a política e, de fato, o ecossistema planetário em sua totalidade. Para aqueles que há muito tempo se preocupam com questões urbanas, seja na teoria, na pesquisa, ou na prática, esses são desenvolvimentos muito animadores. Mas também são acompanhados por novos desafios e perigos - por exemplo, a proliferação da confusão sobre a especificidade do urbano propriamente dito, tanto como uma categoria de análise para teoria e pesquisa social, quanto como categoria de prática na política e vida cotidiana<sup>3</sup>.



Ao final da década de 1930, o sociólogo urbano da Escola de Chicago, Louis Wirth (1969 [1937]) escreveu um artigo em que delineou os contornos analíticos do urbanismo com referência à uma tríade clássica de propriedades sociológicas – grande tamanho da população, alta densidade demográfica e elevados níveis de heterogeneidade demográfica. Para Wirth, a coexistência espacial dessas propriedades dentro das áreas urbanas distinguia essas zonas de qualquer outro tipo de assentamento e justificava a adoção de estratégias específicas – ferramentas de um campo diferente da sociologia urbana – para a pesquisa. Ao contrário, no começo do século XXI, o urbano

<sup>3</sup> A distinção entre categorias de análise e categorias de prática é desenvolvida por Rogers Brubaker e Frederick Cooper (2000). Para uma mediação poderosa sobre essas aplicações sobre as questões urbanas, ver Wachsmuth, e, em um contexto prévio, Sayer 1984.



Figura 3: Novas geografias transnacionais de intervenção estatal no processo urbano estão emergindo, como ilustrado nesse mapa de 2011 do projeto para a Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) Project Portfolio.

parece ter se convertido na quintessência do signifi-  
ficante difuso: sem nenhuma claridade em matéria  
de parâmetros de definição, coerência morfológica  
ou rigor cartográfico, se usa para referenciar uma  
variedade aparentemente ilimitada de processos,  
transformações, trajetórias, potenciais e condições  
sócio-espaciais contemporâneas. Ash Amin e Nigel  
Thrift (2002: 1) descrevem essa situação da seguinte  
maneira:

A cidade está em todos os lados e em todas as coi-  
sas. Se o mundo urbanizado é agora uma cadeia de  
áreas metropolitanas conectadas por lugares/corre-  
dores de comunicação (aerportos e linhas aéreas,  
estações e ferrovias, estacionamentos e estradas,  
tele-portos e autopistas informáticas), então o que  
não é o urbano? É o povo, a aldeia, o campo? Tal-  
vez, mas apenas a um grau delimitado. As pegadas

da cidade estão em todos esses lugares, na forma daqueles que viajam diariamente para o trabalho, turistas, trabalho à distância, meios de comunicação e urbanização dos modos de vida. A divisão tradicional entre a cidade e o campo foi perfurada.

O processo emergente de urbanização estendida está produzindo uma estrutura variegada que, em lugar de concentrar-se em pontos nodais ou de circunscrever-se à regiões delimitadas, se tece agora de maneira desigual e com uma densidade cada vez maior em grandes extensões de todo o mundo. Resulta impossível entender adequadamente essa formação por meio dos conceitos tradicionais relacionados com a urbanidade, o metropolitanismo ou o esquema binário urbano/rural, que pressupõe uma separação espacial coerente dos distintos tipos de assentamentos. Tampouco se pode conseguir uma compreensão eficaz sobre a base de ideias mais recém-desenvolvidas em torno da cidade global(izadora), já que a maioria de suas variantes pressupõem uma limitação territorial das unidades urbanas, embora agora, entendidas como ligadas com outras cidades mediante redes transnacionais de capital, trabalho e infraestruturas de transporte/comunicação<sup>4</sup>. Paradoxalmente, no mesmo momento em que o urbano parece ter adquirido uma importância estratégica sem precedentes para um amplo arco de instituições, organizações, pesquisadores, atores e ativistas, o seu contorno se tornou escorregadio. A aparente ubiquidade da condição urbana contemporânea faz com que se pareça impossível definir.

Sob essas condições, o campo teórico herdado de Wirth, Castells e outros urbanistas importantes do século XX se encontram agora em um estado de desordem. Se o urbano já não pode ser entendido como um lugar particular – é dizer, como um tipo de assentamento discreto, distintivo e relativamente delimitado, onde prevalecem formas específicas de relações sociais – o que poderia então justificar a existência de um campo intelectual dedicado a sua investigação?



Na atualidade, o mundo dos estudos urbanos acadêmicos hospeda diversos “sintomas mórbidos”, que parecem significar a última entre uma longa sucessão de crises epistemológicas que têm periodicamente ri-cocheteado por meio do campo desde suas origens,

4 Ver Brenner e Schmid 2012a. “Cities” (2002) de Amin e Thrift desenvolve uma versão produtiva dessa crítica, embora seja orientada em direção a um caminho metodológico diferente do que o desenvolvido aqui.

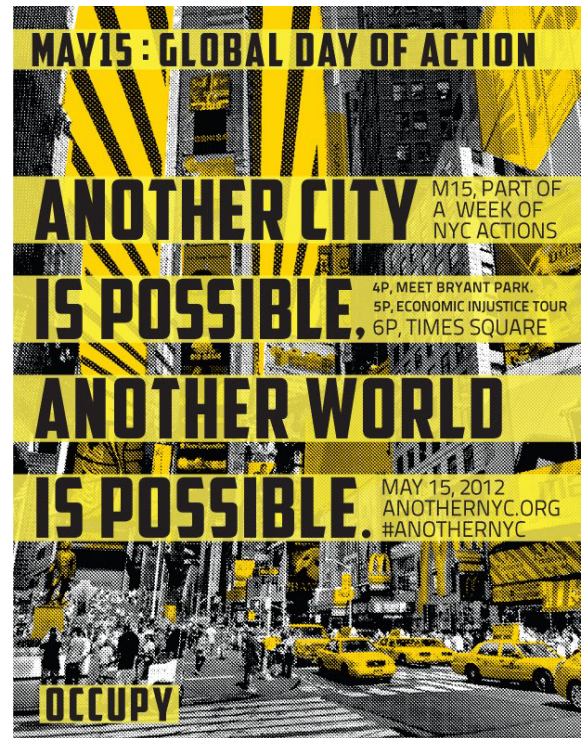


Figura 4: Outra cidade, outro mundo. 2011. Ange Tran, *Not an Alternative*.

há quase um século<sup>5</sup>. Os pesquisadores mais especializados e orientados empiricamente desenvolvem tarefas formidáveis no que diz respeito à coleta de dados, e refinamento metodológico e os estudos concretos se mantêm em pé frente ao desafio de lidar com a decadência das bases epistemológicas. Desse modo, a especialização disciplinária e sub-disciplinária produz um “campo cego” - segundo a denominação de Lefebvre (2003 [1970]: 29, 53) - onde as investigações concretas sobre temas tradicionais continuam acumulando-se, apesar de que o “fenômeno urbano tomado como um todo” está oculto da nossa vista<sup>6</sup>. Enquanto isso, entre os urbanistas que se mostram interessados em abordar essas questões, existe uma maior confusão enquanto as bases analíticas e a “razão de ser” do campo em sua totalidade. Uma revisão superficial dos trabalhos recentes sobre teoria urbana revela que existem discrepâncias de base em quase todos os temas imagináveis: tanto para conceituar o que estudam (ou deveriam estudar) os urbanistas como justificar por que o fazem (ou deveriam fazê-lo) e para determinar qual é a melhor maneira de alcan-

5 Para crises prévias, ver Castells 1976 e Abu-Lughod 1969. Sobre desafios contemporâneos, ver, entre outros trabalhos, Roy 2009; Roy e Ong 2011; Zukin 2011; e Schmid, s.d.

6 O conceito de “campo cego” é emprestado da polêmica de Lefebvre contra o excesso de especialização nos estudos urbanos da corrente principal, uma situação que em sua visão contribui para uma fragmentação de seu objeto básico de análise e para mascarar a totalidade mundial formada pela urbanização capitalista. Ver Lefebvre 2003 (1970).

çar seus objetivos<sup>7</sup>. Essa situação gerou uma “Torre de Babel acadêmica” (Lefebvre 2003 [1970]: 54) em que, mesmo quando existem inovações conceituais produtivas, a fragmentação das realidades urbanas na prática política, econômica e cultural cotidiana é replicada sem demasiado sentido crítico dentro do terreno discursivo da teoria urbana.

Dentro desse marco, uma tendência particularmente problemática é o giro contextualista que se tornou moda entre muitos urbanistas marcados pela teoria do ator-rede de Bruno Latour e, associados a ela, os conceitos neo-deleuzianos de agenciamento. Sobretudo em suas variantes moduladas ontologicamente, esses enfoques rejeitam as formas abstratas ou macro-estruturais de argumentação em favor de narrativas baseadas em lugares específicos e descrições densas, que parecem oferecer um meio mais direto para acessar aos contornos micro-sociais de uma paisagem urbana que muda rapidamente<sup>8</sup>. Essas posições podem rodear parcialmente alguns dos pontos cegos estruturalistas correspondentes às anteriores posturas meta-teóricas; e em certos casos, conseguir abrir novos e frutíferos horizontes para indagar sobre os processos urbanos, particularmente em respeito ao papel dos agentes não-humanos na estruturação dos lugares. Porém, lamentavelmente, a maioria dos trabalhos sobre agenciamentos urbanos nem sequer abordam os enigmas epistemológicos de base delineados anteriormente e, por conseguinte, estão muito longe de começar a resolvê-los<sup>9</sup>. Também aqui, o conceito do urbano está unido a um conjunto extraordinariamente difuso de referentes, conotações e condições. Todos esses fatores derivam com frequência das categorias cotidianas da prática, que logo se convertem de maneira não reflexiva em compromissos analíticos. Assim, a indeterminação teórica do campo se aprofunda ainda mais, enquanto o contexto do contexto – as amplas dimensões geopolíticas e geoeconômicas dos processos contemporâneos de urbanização e as formas associadas que mostram o sistema capitalista mundial enquanto a reestruturação, a expropriação e o desenvolvimento espacial de-

sigual – é submetida a uma análise de “caixa preta”<sup>10</sup>.

Existe algum futuro para a teoria urbana em um mundo onde a urbanização foi generalizada? O que os urbanistas devem fazer? Afirmar o caráter aparentemente amorfo do terreno escolhido para sua pesquisa e resignar a tarefa de rastrear a vida social e a forma especial de lugares definidos genericamente? Ou devem os estudos urbanos hoje em dia serem seguidos utilizando o controverso marco não-espacial proposto por Peter Saunders, nos anos 80 (1986 [1981]), que enfatizava processos sociais constitutivos (em particular, o consumo coletivo) em vez de sua materialização em formas espaciais? Ou, desde um ponto de vista ainda mais radical, talvez seja tempo de falar do campo anteriormente conhecido como estudos urbanos, considerando que o trabalho nesse âmbito de investigação corresponde a uma fase da modernidade capitalista cujas pré-condições sócio-espaciais já foram substituídas? Em uma recente reflexão de tom provocador, o eminente sociólogo urbano Herbert Gans (2009) sugere algo dessa índole: propõe substituir a *problematique* herdada dos estudos urbanos por outra vinculada a uma “sociologia de assentamentos”, com base em tipologias reinventadas da organização espacial humana e em uma compreensão menos rígida dos limites entre lugares. Ao contrário de Saunders, Gans insiste que o campo em debate deve reter um componente especial, mas opta por abandonar a cartografia do espaço de assentamento urbano que durante muito tempo apoiou a sociologia urbana, incluindo suas próprias investigações pioneiras desenvolvidas a partir dos anos 60.

É tentador seguir a direção de Gans e confrontar os cenários emergentes de urbanização com um quadro-negro conceitual mais ou menos em branco, desprovido da bagagem epistemológica desajeitada associada ao último século de debates sobre cidades, formas metropolitanas e questões urbanas. Fazê-lo, porém, implicaria reintroduzir uma versão da recusa prévia de Castells frente ao discurso urbano como pura ideologia. Essa posição não teria elementos suficientes para explicar a contínua e poderosa ressonância do urbano ao longo de diversas áreas da teoria e da pesquisa, assim como sua invocação difundida como local, objetivo ou projeto em tantas esferas de reorganização institucional, estratégia político-econômica e luta popular. Certamente, o compromisso intensificado com as condições e potencialidades urbanas – esboçado anteriormente – indica que o mundo contemporâneo está atravessando transformações

7 Para um resumo útil e avaliações críticas sobre esse assunto, ver Soja 2000 e Roy 2009. Outro recurso útil sobre esse debate é o periódico *CITY: Analysis of Urban Trends, Culture, Theory, Policy, Action*, que dedica grande atenção às discussões de bases teóricas / epistemológicas e suas ramificações políticas.

8 Os textos-chave nessa linha de pesquisa incluem Latour e Hermant 2006 (1998); Fariás e Bender 2010; e McFarlane 2011a, 2011b.

9 Uma importante exceção à essa generalização é o trabalho de Ignacio Fariás (2010), que explicitamente confronta tais questões e propõe uma radical, se controversa, reflexão da questão urbana. Uma avaliação mais cautelosa do potencial de tais abordagens na pesquisa urbana é apresentado em Bender 2010.

10 Sobre a noção de contexto do contexto, ver Brenner, Peck e Theodore 2010. Uma versão dessa linha de crítica é desenvolvida em Brenner, Madden e Wachsmuth 2010 e também Wachsmuth, Madden e Brenner 2011.

sócio-espaciais sistêmicas e demonstra o esforço atual para construir esse mapa cognitivo do qual falou Fredric Jameson (1988: 347-57), que permitia assegurar a orientação cartográfica em condições de profundo deslocamento fenomenológico<sup>11</sup>.

Independentemente de suas dimensões ideológicas, que são consideráveis, a noção do urbano não pode se reduzir a uma categoria de prática; segue sendo uma ferramenta conceitual crítica em qualquer tentativa de teorizar a atual destruição criativa do espaço político-econômico sob o capitalismo do começo do século XXI<sup>12</sup>. Como reconheceu Lefebvre (2003 [1970]), esse processo de destruição criativa (em seus termos, “implosão-explosão”) não se limita a nenhum lugar, território ou escala de tipo específico; gera uma “problemática”, uma síndrome de condições, processos, transformações, projetos e lutas emergentes, que se conecta a generalização desigual da urbanização em escala planetária. Consequentemente, deve-se sustentar a continuação da teoria urbana, embora em uma forma reinventada criticamente, que identifique o caráter incessantemente dinâmico e criativamente destrutivo do “fenômeno urbano” (Lefebvre 2003 [1970]) sob a ordem capitalista e que, sobre essa base, aponte a decifrar os padrões emergentes da urbanização planetária. De acordo com a adequada formulação combativa de Ananya Roy (2009: 820), esse momento é sem dúvida o ideal para “abrir novas geografias teóricas”, para uma abordagem rejuvenescida dos estudos urbanos críticos.



Sem intenção de provocar um curto-circuito no processo de aberta e turbulenta experimentação teórica que requer tal iniciativa, o restante deste ensaio apresenta uma série de teses destinadas a promover um debate sobre a condição urbana contemporânea no planeta, o estado de nosso patrimônio intelectual nos campos acadêmicos dedicados a sua investigação e as perspectivas para a adoção de novas estratégias conceituais, capazes de decifrar as realidades e as potencialidades urbanas emergentes em diversos lugares, territórios e escalas. Várias dessas teses estão vinculadas à vasta literatura acadêmica sobre estudos urbanos que foi se desenvolvendo durante quase um século. Outras teses confrontam um terreno analí-

co o qual corresponde à pouca pesquisa urbana, ou que foi previamente abordado por meio de rotas que geralmente caem para fora da órbita dos estudos urbanos, pelo menos no sentido tradicional do campo.

Enquanto essas teses sustentam um argumento de que deve-se seguir prestando atenção nas questões urbanas, elas propõem uma visão reconstituída do “lugar” dessas questões. Como enfatizou acertadamente Andrea Kahn (2005: 287), a demarcação dos lugares urbanos sempre implica complexas manobras epistemológicas, políticas e cartográficas; se trata mais de “configurações multi-escalares heteroglóssicas para interações e interseções” que de artefatos espaciais, discretos, pré-estabelecidos ou autônomos. Entretanto, de uma maneira mais abstrata, a orientação teórica aqui desenvolvida sugere que o caráter urbano de qualquer local (desde a escala do bairro até a do mundo inteiro) só pode ser definido em termos substantivos, com respeito aos processos sócio-espaciais históricos que o produzem. Como se tem apontado, o urbano é então uma “abstração concreta”, na qual as relações sócio-espaciais contraditórias do capitalismo (mercantilização, circulação e acumulação de capital e formas conexas de regulação/impugnação política) são territorializadas (incorporadas em contextos concretos e, por fim, fragmentadas) e ao mesmo tempo se generalizam (estendidas ao longo de cada lugar, território e escala e, então, universalizadas) (Brenner 1998; Schmid 2005; Stanek 2011: 151–56). Assim, o conceito de urbano tem o potencial para iluminar o modelado criativamente destrutivo dos cenários sócio-espaciais modernos, não somente dentro de cidades, áreas metropolitanas e outras zonas consideradas tradicionalmente no âmbito do urbanismo, mas também por meio do espaço do mundo como um todo<sup>13</sup>.

Desde o metodológico, e acaso também desde o substancial, essas proporções se inspiram em Lefebvre (2003 [1970]: 66) e em sua chamada meta-filosofia da urbanização: um enfoque exploratório que “proporciona orientação, ... abre caminhos e revela um horizonte”, no lugar de fazer declarações sobre uma condição atualizada ou um processo completo. Na medida em que os mapas cognitivos herdados da

11 O conceito neo-Althusseriano de Jameson baseia-se na estrita noção fenomenológica introduzida pelo designer urbano Kevin Lynch em seu texto clássico *The Image of the City* (1960).

12 Sobre a destruição criativa do espaço urbano, ver Harvey 1989.

13 As noções de global, planetário, e o mundo são igualmente filosófica e politicamente contestadas e requerem mais análises. Ver Elden 2011; Sarkis 2011; Madden, *forthcoming*; e os vários textos reunidos em Lefebvre 2009. Para motivos presentes, deve ser suficiente simplesmente notar que o “mundo”, como utilizado aqui, refere-se a um planeta que abrange zona de ação, imaginação e potencialidade que é dialeticamente coproduzida com o urbano: não é somente “preenchido” pela extensão global da urbanização, mas é ativamente constituído e perpetuamente reorganizado nas e pelas relações urbanas sócio-espaciais. Esse ponto é lucidamente desenvolvido em Madden, *forthcoming*.

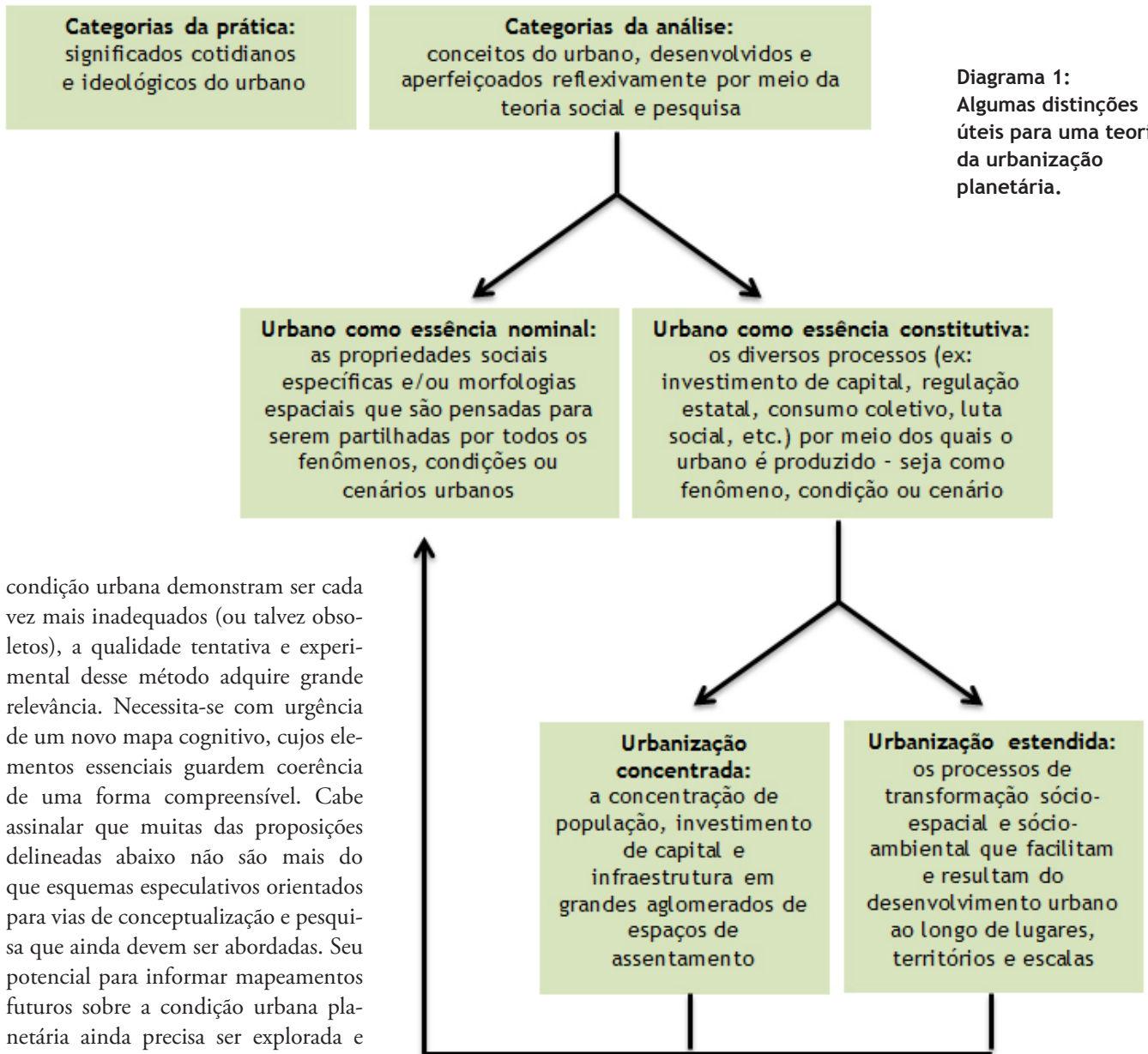


Diagrama 1:  
Algumas distinções úteis para uma teoria da urbanização planetária.

condição urbana demonstram ser cada vez mais inadequados (ou talvez obsoletos), a qualidade tentativa e experimental desse método adquire grande relevância. Necessita-se com urgência de um novo mapa cognitivo, cujos elementos essenciais guardem coerência de uma forma compreensível. Cabe assinalar que muitas das proposições delineadas abaixo não são mais do que esquemas especulativos orientados para vias de conceptualização e pesquisa que ainda devem ser abordadas. Seu potencial para informar mapeamentos futuros sobre a condição urbana planetária ainda precisa ser explorada e elaborada. O Diagrama 1 oferece um resumo esquemático de algumas das distinções apresentadas no texto.

**1. O urbano é uma construção teórica.** O urbano não é um local, espaço ou objeto pré-estabelecido; sua demarcação como zona de pensamento, representação, imaginação ou ação somente pode se produzir por meio de um processo de abstração teórica (Martindale 1958; Abu-Lughod 1969; Castells 1977 [1972]). Tais abstrações condicionam “o modo que “esculpimos” nosso objeto de estudo e as propriedades que devemos considerar nos objetos particulares” (Sayer 1984: 281; ver também Sayer 1981). Assim, eles têm um impacto enormemente estruturador em investigações concretas de todos os aspectos pertencentes ao entorno construído e a reestruturação sócio-espacial. Nesse sentido, as questões de conceptualização configuram o núcleo de todas as formas de estudo urbano, ainda nos casos

mais empíricos, contextualizados e orientados aos detalhes. Elas não são meras condições de fundo ou dispositivos de moldura, mas constituem o próprio tecido interpretativo por meio do qual os urbanistas entrelaçam meta-narrativas, orientações político-normativas, análises de dados empíricos e estratégias de intervenção.

**2. O local e o objeto da pesquisa urbana são essencialmente contestados.** Desde a institucionalização formal dessa área sociológica no começo do século XX, a demarcação conceitual do urbano tem sido um tema de intensos debates e desacordos dentro das ciências sociais. A partir de então, a trajetória da pesquisa urbana não só compreende a acumulação de estudos concretos em e de espaços urbanizantes, mas também a contínua rearticulação teórica de sua



especificidade como tal, tanto no plano social como espacial. Durante o último século, muitos dos grandes saltos conquistados neste campo se produziram mediante a elaboração de novos “cortes” teóricos na natureza da questão urbana (Gottdiener 1985; Saunders 1986 [1981]; Merrifield 2002).

**3. As principais vertentes dos estudos urbanos não demarcam seu local e objeto em termos de reflexividade teórica.** Em grande parte dos estudos específicos realizados durante o século XX, as cidades e os espaços urbanos foram considerados como locais de pesquisas transparentes e empiricamente coerentes. Conseqüentemente, o caráter do estudo urbano foi concebido simplesmente com referência a circunstância que seu ponto focal está localizado dentro de um lugar rotulado como “cidade”. Porém, essas posições empiricistas e predominantes não podem justificar suas próprias condições históricas e geográficas de possibilidade: necessariamente, pressupõem determinados postulados teóricos com respeito a especificidade da cidade e/ou o urbano, que moldam de maneira firme a trajetória da investigação concreta, geralmente em modos que não são examinados. Talvez a reflexividade crítica nos estudos urbanos somente possa ser cumprida se esses postulados forem explícitos, sujeitos a uma análise sistemática e revisados continuamente tendo em conta o desenvolvimento de questões da pesquisa, orientações político-normativas e preocupações práticas (Castells 1976).

**4. Tradicionalmente, os estudos urbanos demarcaram o urbano em contraposição aos espaços presumidamente não-urbanos.** Desde suas origens, o campo de pesquisa dos estudos urbanos concebeu o urbano como um espaço de assentamento específico, que em um plano qualitativo é diferente dos espaços presumidamente não-urbanos que o rodeiam: desde os subúrbios, a cidade e a aldeia até a zona rural, o campo e o deserto (Wirth 1969 [1937]; Gans 2009). Sociólogos urbanos da Escola de Chicago, importantes economistas dedicados ao tema, teóricos destacados, demógrafos urbanos, geógrafos neomarxistas e teóricos da cidade global podem discordar da base dessa especificidade, mas todos se engajam na manobra analítica dirigida a delinear a singularidade urbana mediante um contraste explícito ou implícito frente às condições sócio-espaciais situadas “em outro lugar”<sup>14</sup>. Em efeito, o terreno do não-urbano, esse “outro lugar” eternamente presente, serviu durante

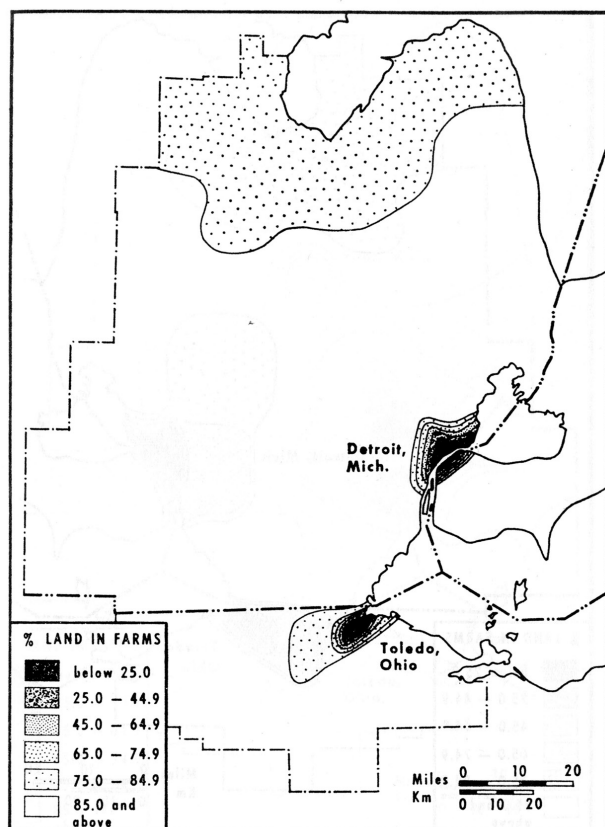
14 Debates sobre a questão urbana como uma questão de escala (Brenner 2009) representam uma exceção parcial à essa generalização, desde que eles envolvem analiticamente ao contrastar o urbano à escalas supra-urbanas (um vetor comparativo vertical) ao invés de territórios extra-urbanos (um vetor comparativo horizontal).

muito tempo como um constitutivo exterior que estabiliza a mesma inteligibilidade do campo desses estudos. O não-urbano aparece simultaneamente como o Outro ontológico do urbano, seu oposto radical, e como sua condição epistemológica de possibilidade, a base sobre a qual pode ser reconhecido como tal (ver figuras 5 e 6)<sup>15</sup>.

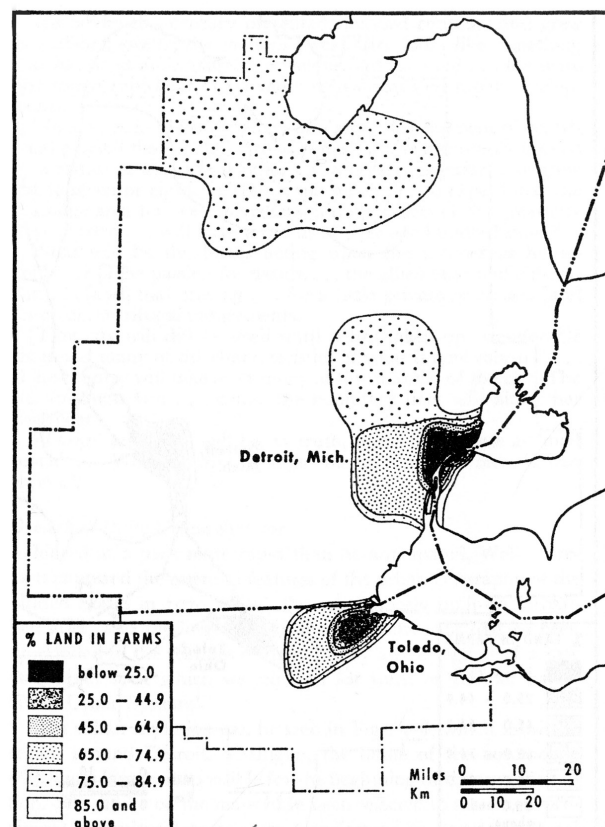
**5. O interesse pelas tipologias dos assentamentos (essências nominais) deve ser substituído pela análise dos processos sócio-espaciais (essências constitutivas).** O desenvolvimento de tipologias que dizem respeito ao espaço de assentamento, urbano e por outro lado, exige delinear uma essência nominal que permita compreender a singularidade das formas ou condições sócio-espaciais particulares está para ser compreendida. Essa aspiração metodológica foi uma preocupação de grande importância para as principais vertentes teóricas do século XX, e se mantém dentro de várias tradições importantes da investigação urbana contemporânea. Mas, é tempo dos urbanistas abandonarem a busca por uma essência nominal destinada a distinguir o urbano como um tipo de assentamento (concebido como cidade, cidade-região, megacidade, metrópole, megalópoles, etc.) e a concepção similar de outros espaços (suburbanos, rurais, naturais, etc.) como não-urbanos devido a sua suposta separação das condições, as tendências e os efeitos urbanos. Para compreender a produção e a implacável transformação da diferenciação espacial, a teoria urbana deve priorizar a investigação de essências constitutivas, ou seja, os processos por meio dos quais são produzidas as heterogêneas paisagens do capitalismo moderno<sup>16</sup>.

15 O binarismo urbano/não-urbano é produtivamente explorado no livro clássico de William Cronon sobre o desenvolvimento simultâneo de Chicago e do Grande Oeste, *Nature's Metropolis* (1991). O mesmo conjunto de questões é poderosamente explorado no estudo brilhante de Alan Berger (2006) sobre “desperdício de paisagens” e urbanização horizontal na América do Norte desindustrializada. Uma das primeiras tentativas explicitamente para tratar o não-urbano como uma zona de significância teórica ao projeto da teoria urbana é a edição de 2012 do *MONU (Revista sobre urbanismo)* intitulada *Non-urbanism* (n. 16).

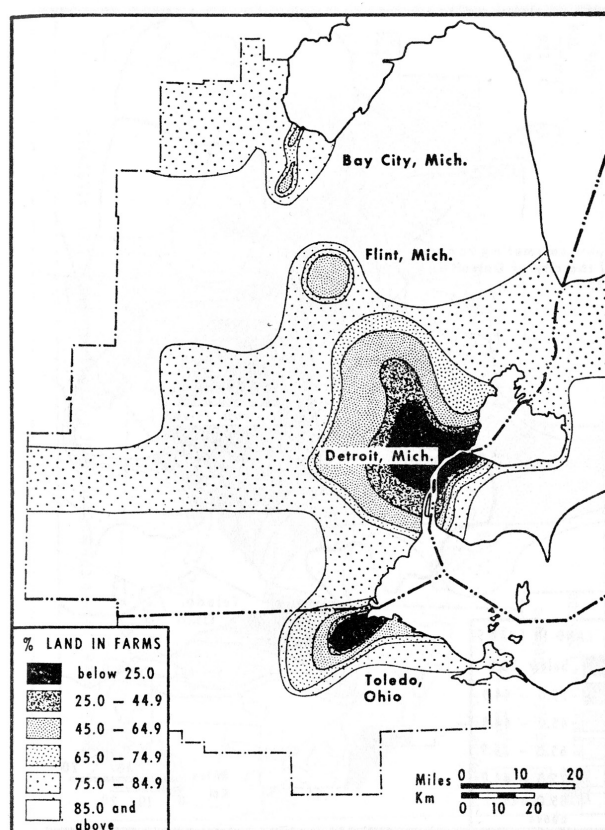
16 A distinção entre essências nominais e constitutivas deriva de Sayer 1984. Sobre a teorização baseada em processo, ver Harvey 1982 e Ollman 1993. A metodologia com base em processos aqui proposta sustenta há muito tempo abordagens histórico-geográficas materialistas para a teoria sócio-espacial, mas com pequenas exceções importantes (Heynen, Kaika, e Swyngedouw 2006; Swyngedouw 2006), suas ramificações inteiras para as fundações teóricas da pesquisa urbana ainda precisam ser elaboradas por completo. Particularmente quando se despe de sua “metodologia da cidade” latente (Angelo e Wachsmuth, s.d.; Wachsmuth, *forthcoming-b*), o conceito de “metabolismo” urbano é uma ferramenta analítica extremamente frutífera para avançar tal metodologia.



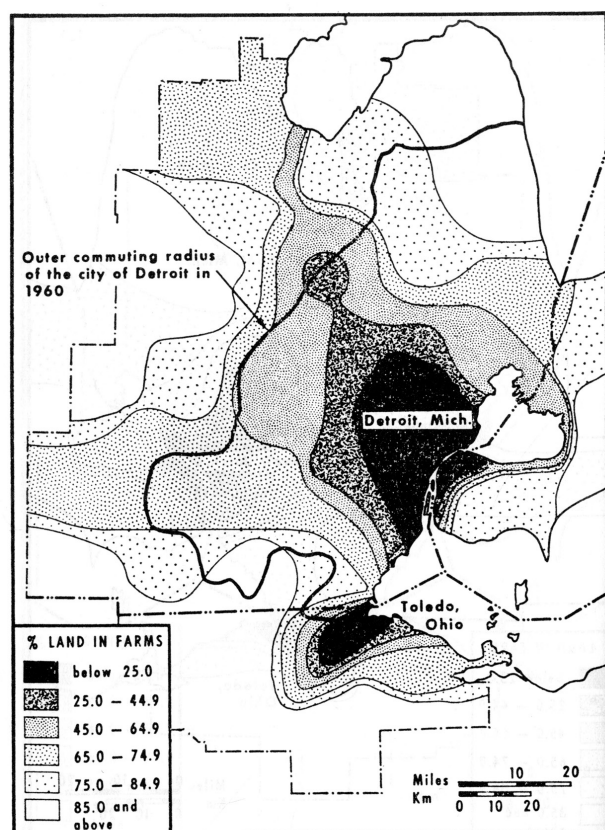
Urbanisation in the Detroit region in 1900



Urbanisation in the Detroit region in 1920

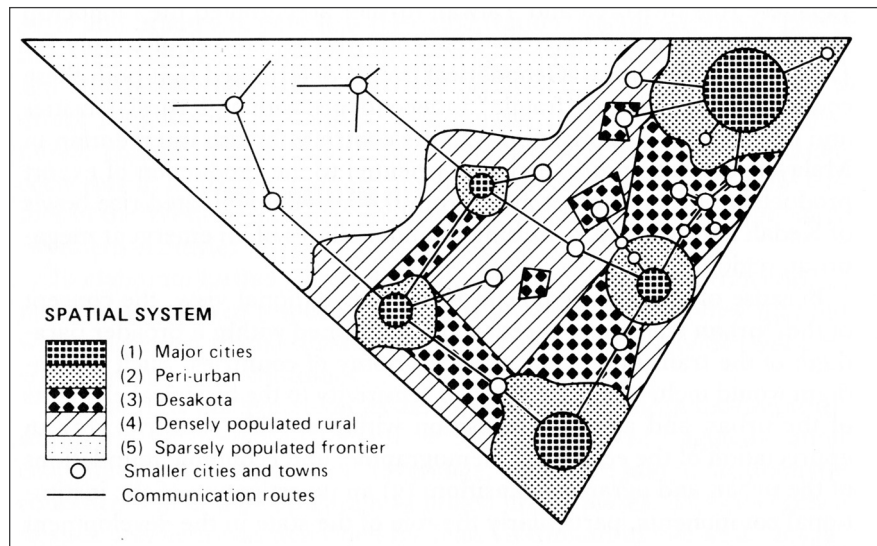


Urbanisation in the Detroit region in 1940



Urbanisation in the Detroit region in 1959

Figura 5: Nessa representação de uma série cronológica, o geógrafo Brian J. L. Berry utilizou um indicador empírico simples para demarcar a interface mutante urbano/rural - a porcentagem de terra dedicada às funções agropecuárias. Brian J. L. Berry, *The Human Consequences of Urbanization: Divergent Paths in the Urban Experience of the Twentieth Century*. New York: St. Martin's, 1973.



**Figura 6:** Terry McGee apresentou o conceito de região *desakota* (literalmente, o termo significa “aldeia-cidade” em indonésio) para marcar o limite irregular entre espaços urbanos e não-urbanos na Ásia. Terry McGee, “The Emergence of *Desakota* Regions in Asia: Expanding a Hypothesis”, em *The Extended Metropolis: Settlement Transition in Asia*, editado por Norton Ginsburg, Bruce Koppel e Terry McGee. Honolulu: University of Hawaii Press, 1991.

**6. Precisa-se um novo léxico de diferenciação sócio-espacial.** As geografias do capitalismo são mais variadas do que nunca: os processos contemporâneos de urbanização dificilmente significam a transcendência do desenvolvimento espacial desigual e a desigualdade territorial em todas as escalas geográficas. Porém, é necessário contar com um novo léxico de diferenciação sócio-espacial para compreender os padrões e caminhos emergentes da reorganização urbana planetária. Na atualidade, a diferença espacial já não assume a forma de uma divisão entre o urbano e o rural, mas se articula mediante uma explosão de padrões e potenciais de desenvolvimento dentro de um tecido de urbanização mundial que se engrossa (mesmo que de uma maneira desigual)<sup>17</sup>. Os vocabulários herdados sobre espaços de assentamento, tanto vernacular quanto científico-social, não oferecem mais que um ponto de partida epistemológico para essa iniciativa. Eles somente podem ser executados criticamente efetivos em um marco que enfatize a agitação perpétua das formações sócio-espaciais sob o capitalismo, em vez de pressupor sua estabilização dentro de entornos construídos, envelopes jurisdicionais ou paisagens ecológicas. Esse enfoque foi impulsionado com grande sistematicidade por uma equipe de acadêmicos, arquitetos e designers no ETH Studio de Basileia, liderando o desenvolvimento do “retrato urbano” da Suíça ilustrado na figura 7 (Schmid 2001, 2012b).

Cabe destacar que as zonas representadas no mapa não são concebidas como arenas territoriais fechadas ou como a materialização de distintos tipos de assentamento, mas como indicadores de processos contraditórios (mesmo que interconectados) ocor-

ridos na reestruturação sócio-espacial sob a atual reorganização industrial, trabalhista, político-regulatória e ambiental. Sua presença demarca o legado geográfico deixado pelas séries anteriores de reestruturações urbanas, assim como o marco territorial onde serão produzidos os futuros caminhos e potenciais.

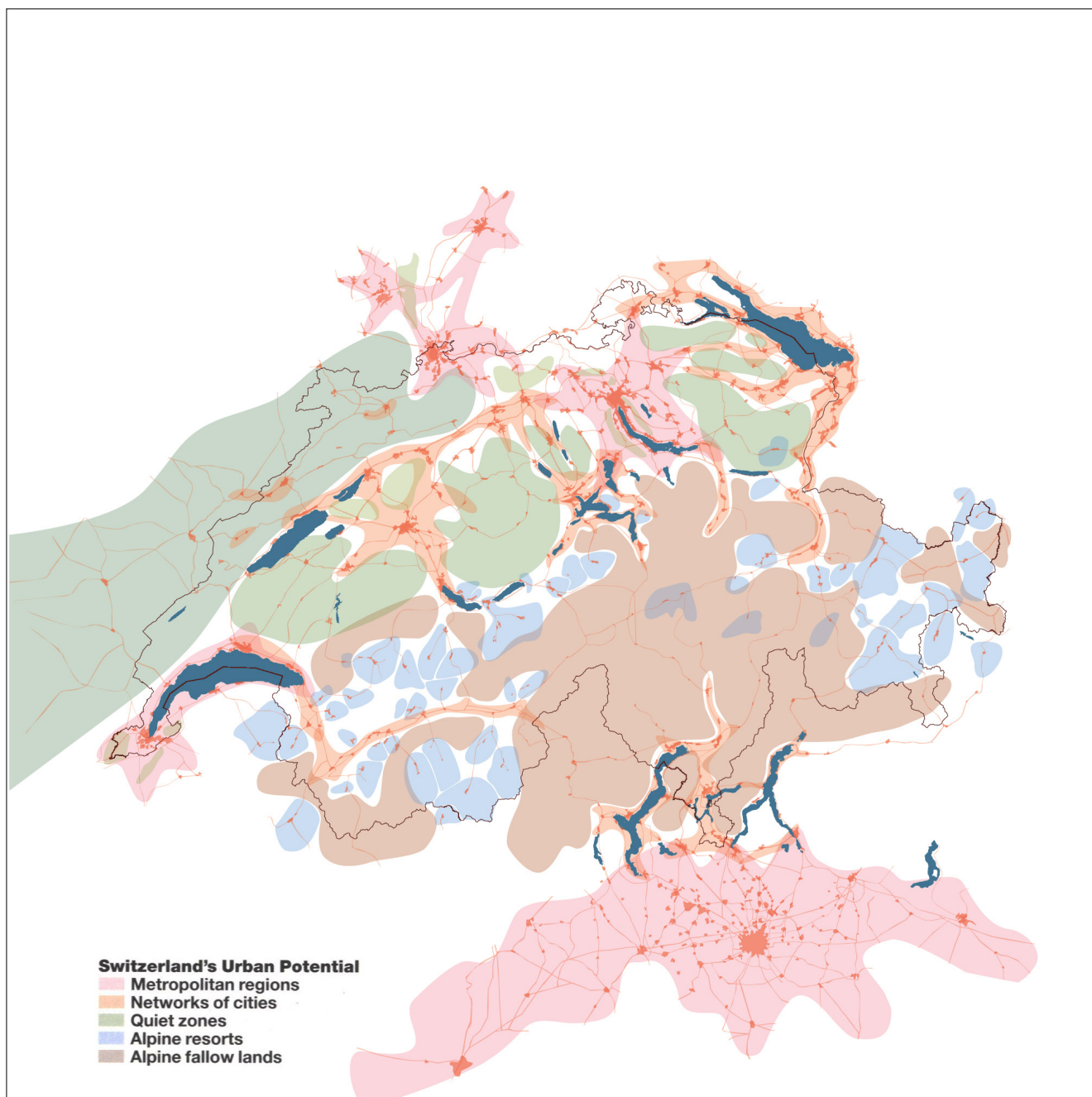
**7. Efeitos urbanos persistem dentro de uma paisagem sócio-espacial muito heterogênea.** Esse esforço também deve prestar atenção sistematicamente na atual produção e reconstituição de ideologias urbanas, incluindo as que propagam visões da cidade como uma unidade diferente, distinta e territorialmente delimitada,

se em contraposição ao rural ou natural, como um sistema autônomo, como um tipo ideal ou como um objetivo estratégico para a intervenção (Wachsmuth, *forthcoming-a*; ver também Goonewardena 2005). A desconstrução desses efeitos urbanos desempenha há muito tempo um papel central para o projeto de teoria urbana crítica, enquanto que essa tarefa adquiriu uma renovada urgência sob as condições de urbanização planetária que parecem ter ampliado o abismo entre os mapas cognitivos cotidianos e os cenários mundiais de destruição criativa<sup>18</sup>. Que práticas e estratégias produzem o efeito experimental persistente da diferenciação social, a limitação territorial ou a estruturação coerente em matéria urbana? Como variam esses últimos aspectos por meio de lugares e territórios? Como as práticas e estratégias (e seus efeitos) se transformaram durante o desenvolvimento capitalista mundial e sob as condições contemporâneas?

**8. O conceito de urbanização requer uma reinvenção sistemática.** Devido à sua sintonização com a problemática das essências constitutivas, o conceito de urbanização é uma ferramenta crucial para investigar o processo urbano planetário. Porém, para servir a esse propósito, deve escapar das tradições urbano-cêntricas, metodologicamente territorialistas e predominantemente demográficas que até agora monopolizaram seu uso. As abordagens convencionais equiparam a urbanização com o crescimento de determinados tipos de assentamento (cidades, áreas urbanas, metrópoles), que são concebidas como unidades territorialmente discretas, delimitadas e autônomas, incorporadas a um cenário mais amplo, de

<sup>17</sup> Essa é a tese central de Diener et al. 2001.

<sup>18</sup> Uma preocupação similar com o abismo entre experiência e a totalidade produzida pelo capital, anima a teorização clássica de Jameson (1988) do mapeamento cognitivo.

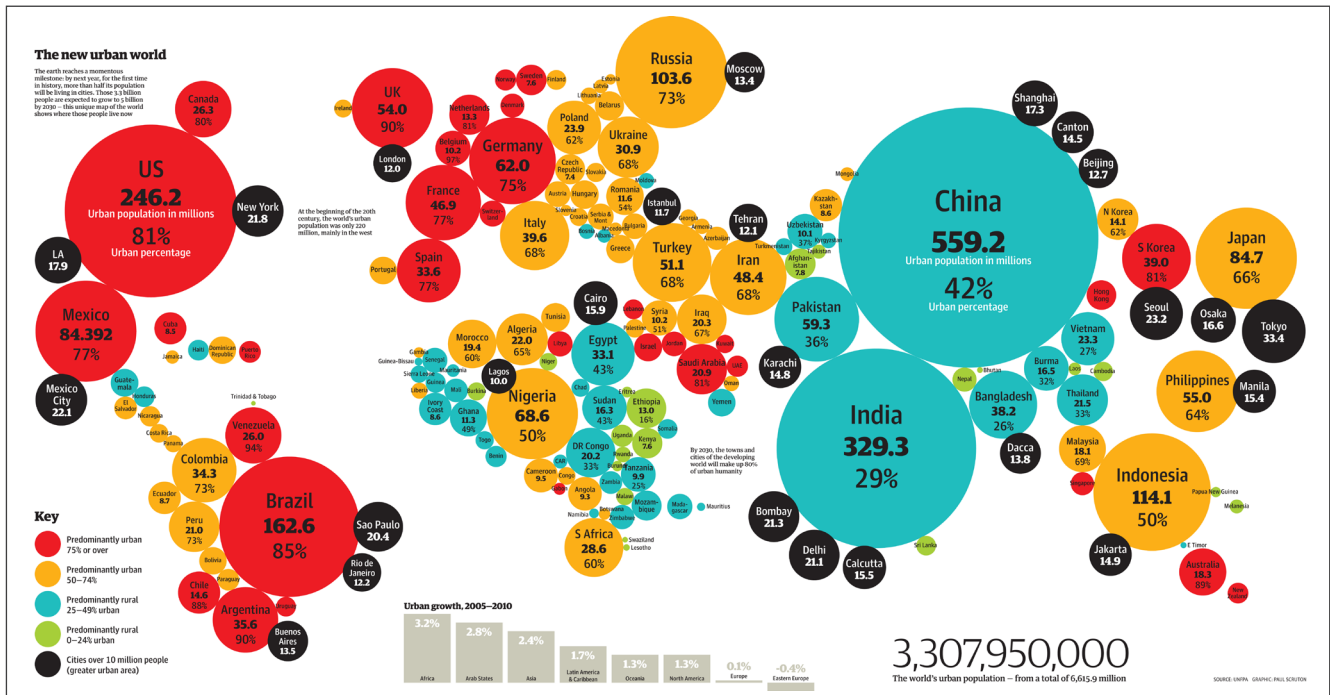


caráter urbano ou rural. Ademais, essas perspectivas frequentemente privilegiam critérios puramente demográficos, tais como limiares demográficos e/ou gradientes de densidade, como a base a qual se classifica padrões de desenvolvimento urbano e caminhos. Conseqüentemente, a urbanização se reduz a um processo em que, dentro de cada território nacional, as populações dos lugares densamente habitados (“cidades”) parecem expandir-se em termos relativos e absolutos. Esse é o modelo que tem sido utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde o começo da década de 1970, quando a instituição começou a produzir dados sobre níveis de população urbana no mundo, e respalda as declarações

contemporâneas de que estamos vivenciando uma “era urbana” porque mais da metade da população mundial aparentemente mora em cidades (ver figura 8)<sup>19</sup>. Embora essas interpretações capturem dimensões significativas da mudança demográfica produzida dentro de um sistema global de assentamentos em desenvolvimento, são limitadas tanto empírica (os critérios para os tipos de assentamentos urbanos apresentam enormes diferenças de acordo com o contexto de cada país) quanto teoricamente (não há uma conceptualização coerente, reflexiva e histórica-

<sup>19</sup> Tais alegações são criticadas em maior extensão em Brenner e Schmid 2012a.

**Figura 7:** Esse mapa da paisagem urbana da Suíça elaborado pelo ETH Studio Basileia, substitui o tradicional binarismo urbano/rural por uma classificação de cinco partes das regiões metropolitanas, redes de cidades, zonas quietas, resorts alpinos e terras alpinas não-cultiváveis. ETH Studio Basel, 2005.



**Figura 8:** A noção atualmente difundida de uma era urbana é baseada na assunção problemática de que a urbanização pode ser entendida em primeiro lugar com referência ao crescimento dos níveis de população da cidade. Gráfico por Paul Scruton, de um artigo por John Vidal, "Burgeoning Cities Face Catastrophe, Says UN", no *The Guardian*, 27 de Junho de 2007, [www.guardian.co.uk](http://www.guardian.co.uk).

mente dinâmica da especificidade urbana). Enquanto isso, várias tradições da teoria urbana do século XX que em seu momento foram marginalizadas ou subestimadas podem agora oferecer valiosos elementos conceituais e orientações cartográficas para revitalizar a teoria de urbanização (ver, por exemplo, Gottmann 1961; Friedmann e Miller 1965; Dioxiadis e Papaioannou 1974; e acima de tudo, Lefebvre 2003 [1970]). A possibilidade de que as geografias da urbanização transcendam a cidade, a metrópole e a região somente foi apenas considerada ocasionalmente por teóricos urbanos do pós-guerra, mas sob as condições planetárias contemporâneas tem uma ressonância intelectual extraordinária (ver figura 9).

**9. A urbanização contém dois momentos dialeticamente inter-relacionados: concentração e extensão**<sup>20</sup>. Durante muito tempo, a teoria urbana concebeu a urbanização principalmente em termos de aglomeração, ou seja, a concentração densa de população, infraestrutura e investimento em determinados lugares situados sobre um plano territorial de maior amplitude e menor densidade demográfica. Embora se saiba que a escala e a morfologia dessas

concentrações experimentam mudanças drásticas ao longo do tempo, em geral, a urbanização foi definida com referência a essa tendência sócio-espacial básica (ver figuras 10 e 11).

Muito menos atenção foi dedicada a outro tema vinculado ao processo de aglomeração: como se origina e, por sua vez, deixa uma marca nas amplas transformações da organização sócio-espacial e as condições ecológicas / ambientais presentes no resto do mundo. Embora grande parte dos teóricos urbanos as ignoraram ou relegaram ao plano analítico, tais transformações (materializadas em densos circuitos de trabalho, produtos básicos, formas culturais, energia, matéria prima e nutrientes) simultaneamente irradia para fora da zona imediata de aglomeração e retornam simultaneamente a maneira de implosão a mediada que se desdobra o processo de urbanização. Dentro desse campo de desenvolvimento urbano, estendido e cada vez mais universal, as aglomerações se formam, se expandem, contraem e se transformam de maneira contínua, mas sempre por meio de densas redes de relações com outros lugares, territórios e escalas, incluídos os âmbitos tradicionalmente classificados como alheios à condição urbana. Esses últimos abarcam, por exemplo, povos pequenos e médios, aldeias situadas em regiões periféricas e zonas agroindustriais, corredores intercontinentais de transporte, rotas transoceânicas, circuitos de energia e infraestrutura de comunicação em grande escala, cenários destinados a extração de recursos do subsolo, órbitas dos satélites e ainda a própria biosfera. Consequentemente, desde a perspectiva aqui anunciada, a urbanização compreende a concentração e

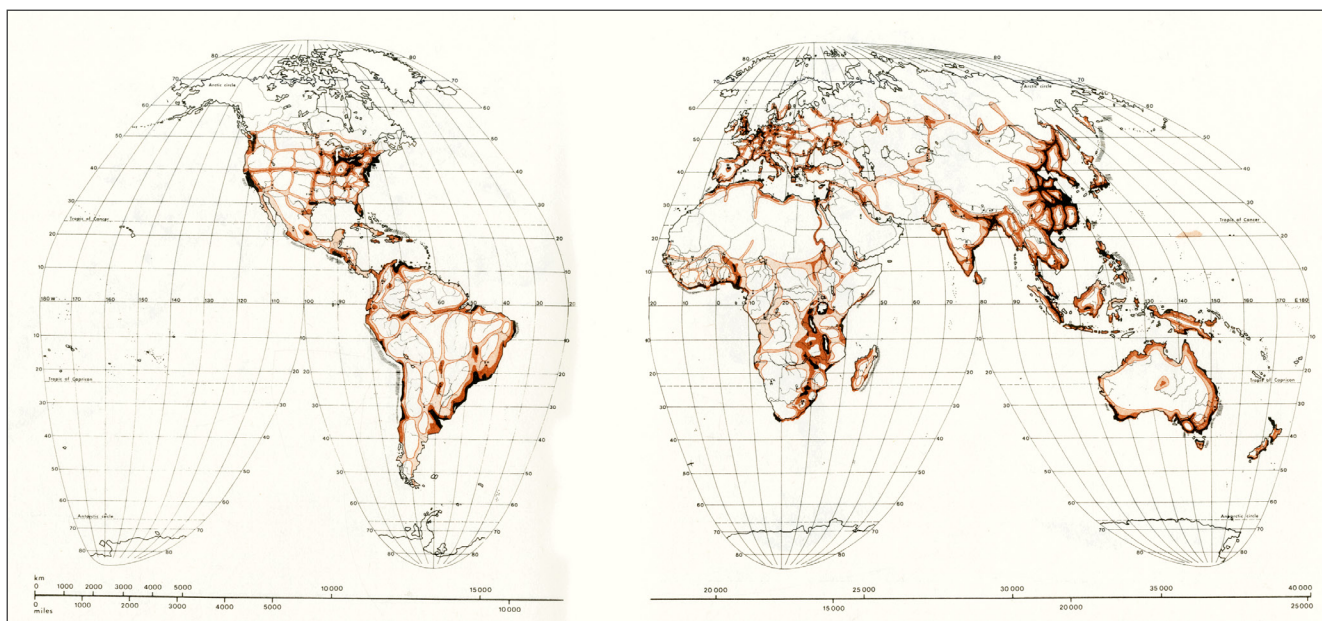


Figura 9: No início da década de 1970, Constantinos Doxiadis construiu uma visão altamente especulativa da urbanização mundial, que postulava a formação de franjas de assentamento em grande escala que rodeavam boa parte do planeta. Doxiadis e Papaioannou (1974).

a extensão: esses momentos estão dialeticamente inter-relacionados, na medida em que pressupõem-se e contrapõem-se mutuamente de forma simultânea.

Por um lado, essa proposição sugere que as condições e trajetórias das aglomerações (cidades, cidades-regiões, etc.) devem se conectar analiticamente com processos de maior escala relacionados com a reorganização territorial, a circulação (de trabalho, produtos básicos, matérias primas, nutrientes e energia), e a extração de recursos, que, em definitivo, abarcam o espaço do mundo inteiro (ver figuras 12 e 13). Ao mesmo tempo, essa perspectiva sugere que, na realidade, as transformações socioambientais importantes ocorridas em zonas geralmente não-vinculadas às condições urbanas (desde circuitos agroindustriais e cenários dedicados a extração de petróleo, gás natural e carvão até redes transoceânicas de infraestrutura, tubagens subterrâneas e órbitas de satélites) estão cada vez mais inter-relacionadas com os ritmos de desenvolvimento das aglomerações urbanas. Em consequência, independentemente de sua demarcação administrativa, morfologia sócio-espacial, densidade populacional, ou posição dentro do sistema capitalista global, tais espaços devem ser considerados como componentes integrados de um tecido urbano estendido, de caráter mundial (ver figuras

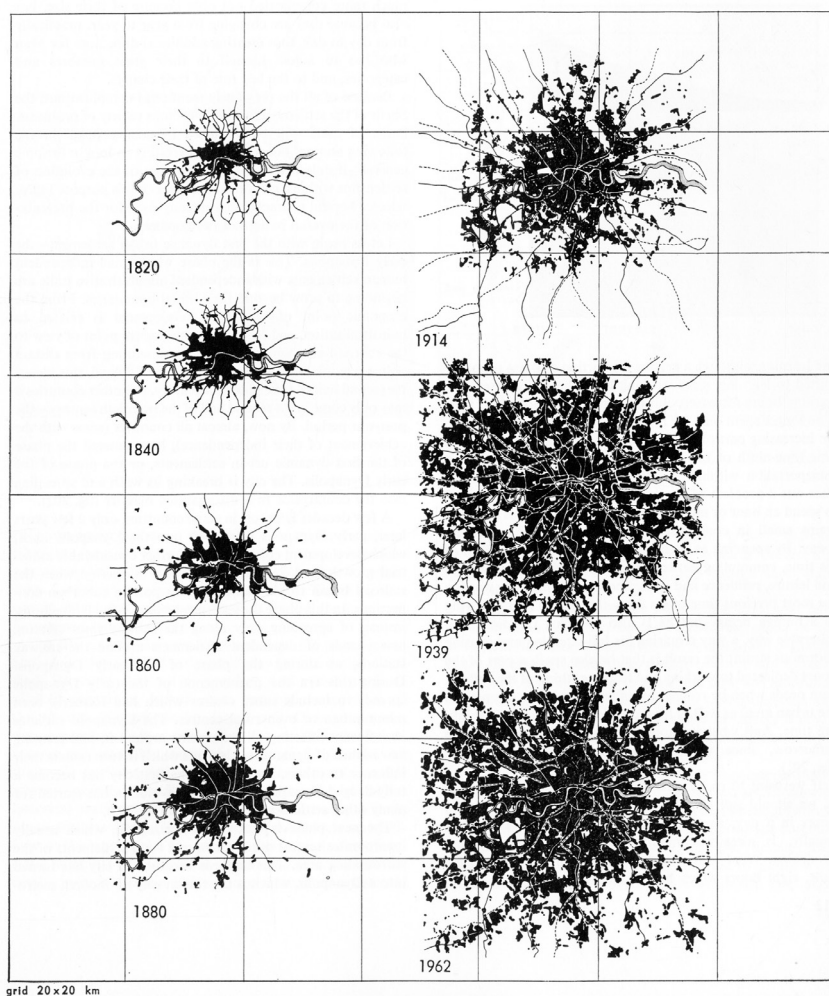
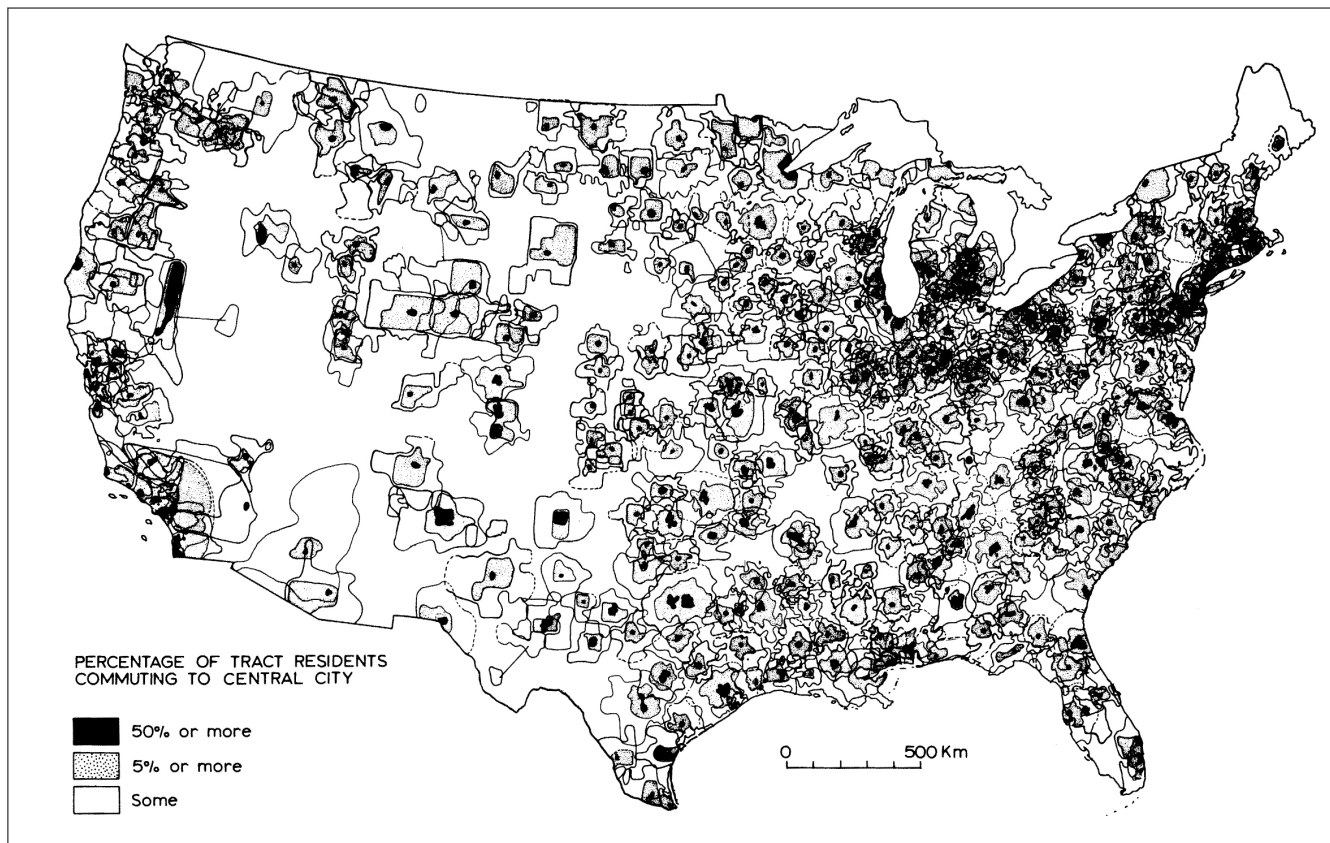


Figura 10: Durante a evolução do capitalismo moderno, a escala da urbanização concentrada se expandiu consideravelmente, como ilustra esse mapa da evolução espacial de Londres no longo prazo. Constantinos Doxiadis, *Ekistics: An Introduction to the Science of Human Settlements*. Oxford: Oxford University Press, 1968. Com permissão da Oxford University Press Inc., [www.oup.com](http://www.oup.com)



**Figura 11:**  
O processo de urbanização concentrada inclui fluxos de trabalhadores dentro e ao redor de aglomerações em grande escala. Brian J. L. Berry, *Geographic Perspectives on Urban Systems: With Integrated Readings*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1970. Reimpresso com permissão da Pearson Education, Inc., Upper Saddle River, N.J.

14 e 15). Essa dialética de implosão (concentração, aglomeração) e explosão (extensão do tecido urbano, intensificação da conectividade interespacial em diferentes lugares, territórios e escalas) é um horizonte analítico, empírico e político essencial para qualquer teoria crítica de urbanização nessa primeira parte do século XXI.



Voltamos então a clássica pergunta formulada há quatro décadas por Castells em *The Urban Question*: “Existem unidades urbanas específicas?” (1977 [1972]: 101). Dadas as condições nas quais a urbanização se generaliza hoje em escala planetária, a pergunta deveria ser reformulada para: “Existe um processo urbano?”.

De maneira muito similar a forma “nação” (segundo a análise efetuada por críticos radicais no nacionalismo), a forma “urbano” sob o capitalismo é um efeito ideológico de práticas específicas nos planos históricos e geográficos, que criam um aspecto estrutural de singularidade, coerência e delimitação territorial dentro de um turbilhão mundial mais amplo caracterizado pela rápida transformação sócio-espacial (Goswami 2002)<sup>21</sup>. Durante muito tempo,

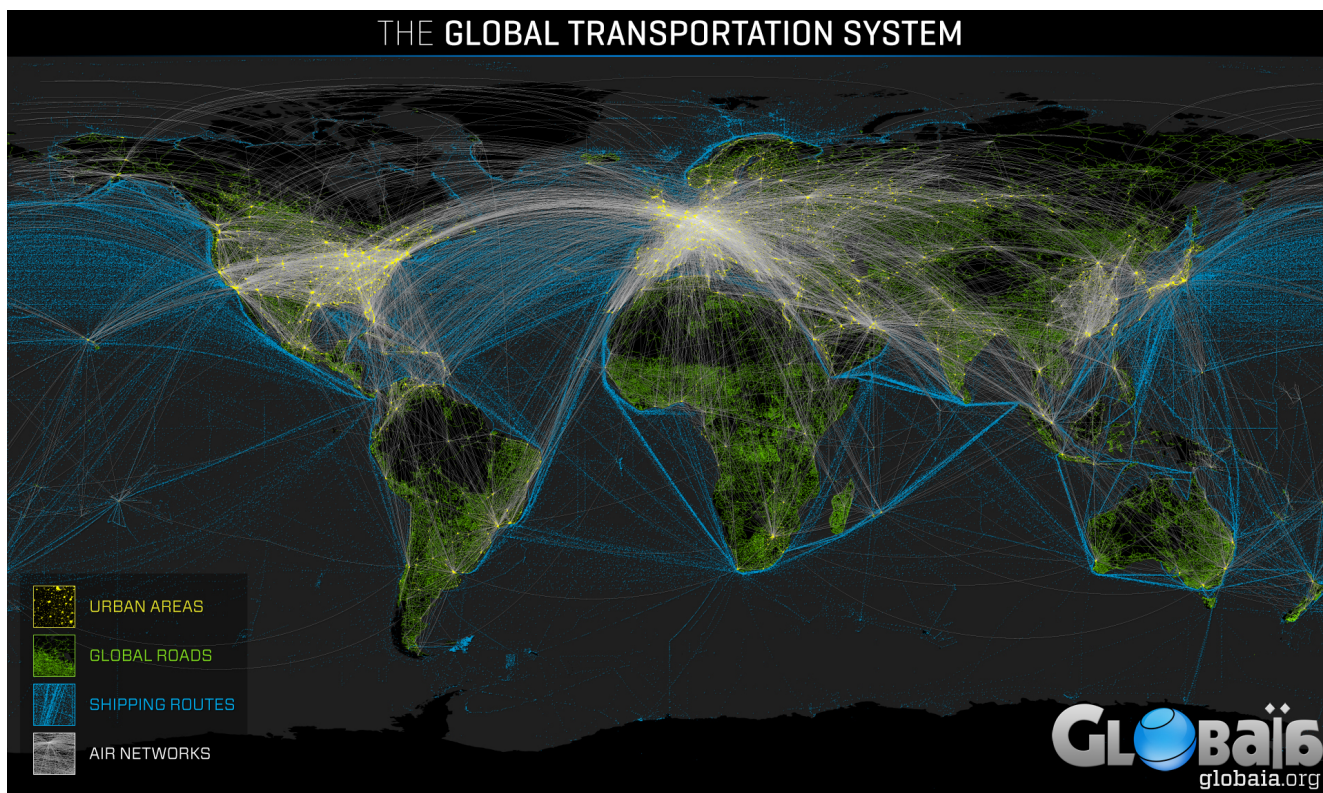
o campo de estudos urbanos pressupôs o caráter “tipo unidade” do urbano, ou tentou explicá-lo com relação a uma suposta essência nominal, inerente a organização do espaço de assentamento. O efeito urbano foi naturalizado, ao invés de ser visto como um enigma que requer teorização e análise. Na medida em que os urbanistas perpetuam essa naturalização selecionando determinadas categorias de análise, o campo segue atado a um obstáculo epistemológico. Se trata de um fenômeno similar ao que obstaculizou os estudos sobre nacionalismo antes das intervenções orientadas aos processos, promovidas há mais de três décadas por acadêmicos como Nicos Poulantzas, Benedict Anderson e Étienne Balibar, entre outros. Mais que nunca, resulta urgente decifrar a interação entre a urbanização e os padrões de desenvolvimento espacial desigual, mas as noções territorialistas da cidade, o urbano e a metrópole são ferramentas conceituais cada vez menos adequadas para esse fim.

Essas considerações sugerem vários horizontes possíveis para a teoria e pesquisa urbana, incluindo as seguintes:

- **Destruição criativa de paisagens urbanas.** Desde muito tempo, as formas capitalistas de urbanização implicam processos de destruição criativa: as infraestruturas produzidas socialmente para a circula-

<sup>21</sup> Essa reivindicação é desenvolvida produtivamente em relação à ideologia urbana em Wachsmuth, *forthcoming-a*; uma

explicação análoga mais próxima é implícita no conceito de coerência estruturada em David Harvey (1989).



Imagens e texto copyright © 2012 Photo Researchers, Inc. All Rights Reserved.

Figura 12: O desenvolvimento de aglomerações urbanas depende de infraestruturas cada vez mais densas e de transporte global: são uma expressão essencial da urbanização estendida.

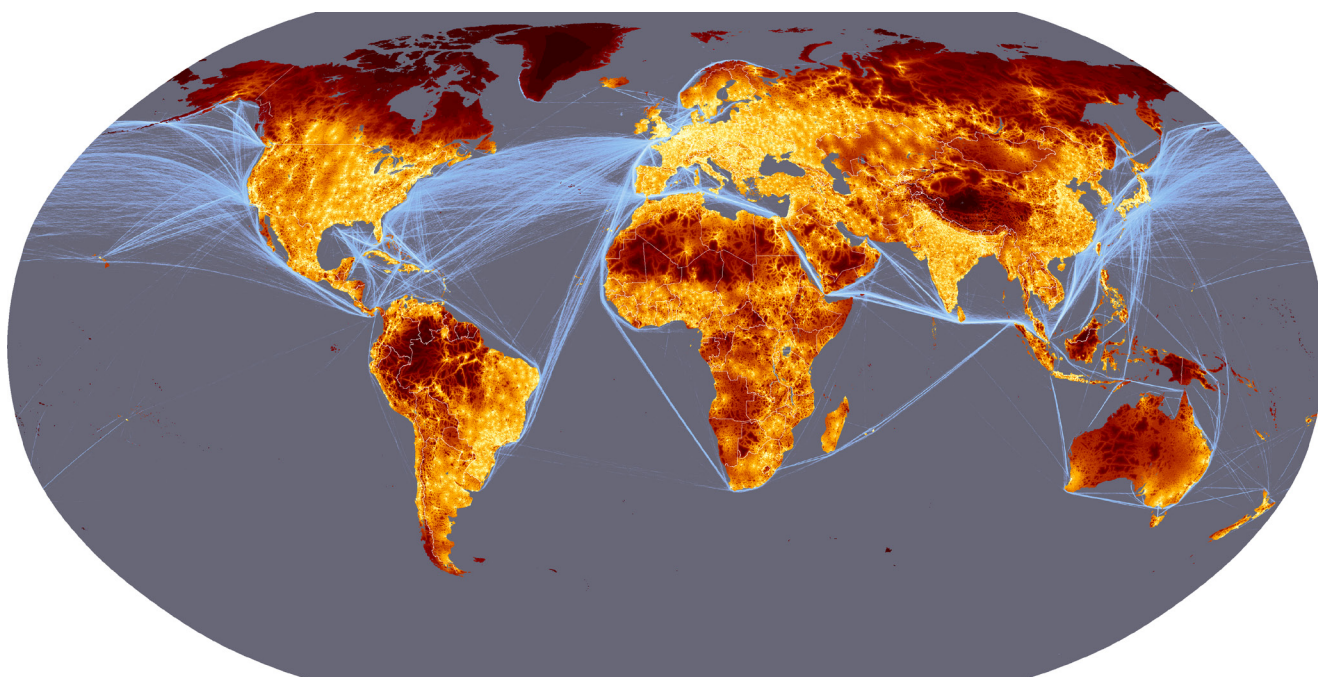
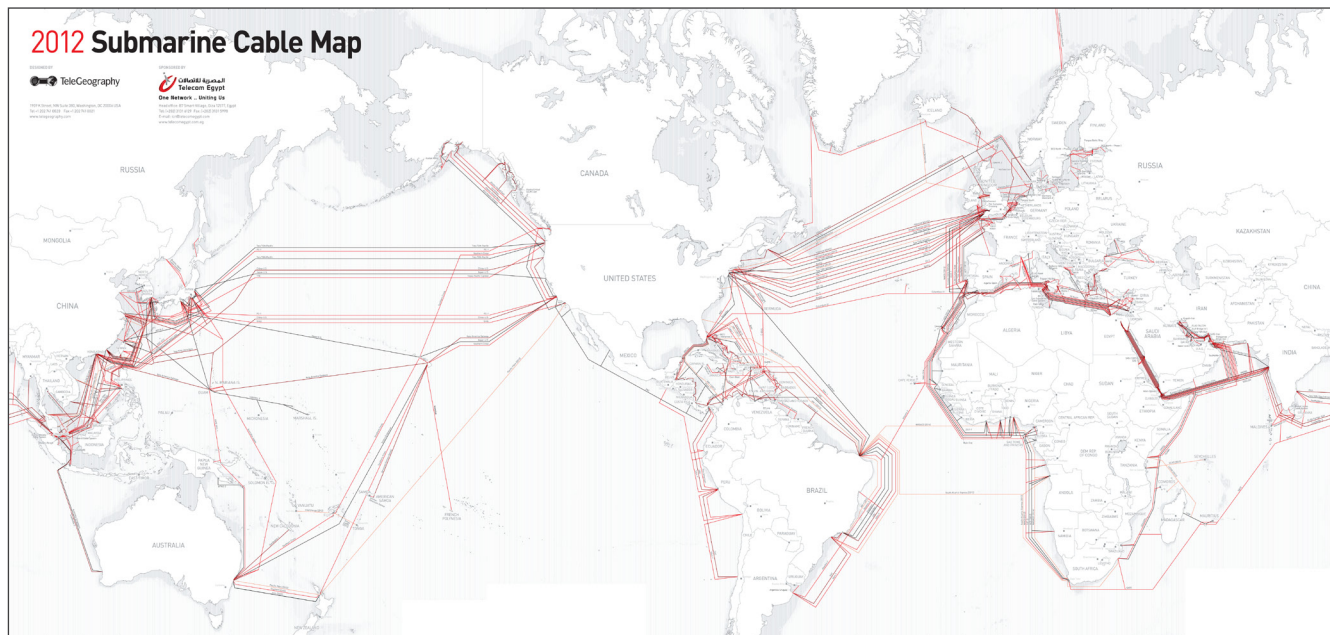


Figura 13: O campo estendido da urbanização é caracterizado por elevar níveis de mobilidade ao longo de enormes territórios - como ilustrado pelas zonas espalhadas de "alta capacidade" que são sombreadas em amarelo luminoso neste mapa. (Nota: as sombras de amarelo mais luminoso no mapa demarcam tempos de viagem de menos de um dia para grandes centros urbanos, enquanto as sombras mais escuras significam progressivamente mais tempo de viagem). Andrew Nelson, "Estimated Travel Time to the Nearest City of Fifty Thousand or More People in Year 2000", *Global Environment Monitoring Unit, Joint Research Centre of the European Commission, Ispra, Italy, 2008*. © European Union, 1995-2012.





Fonte: TeleGeography, www.telegeography.com.

**Figura 14:** Os vastos territórios dos oceanos do mundo se transformaram em espaços estratégicos da urbanização estendida por meio das infraestruturas de fiação submarina (mostradas aqui) e por meio das vias de navegação e sistemas de extração de recursos submarinos.

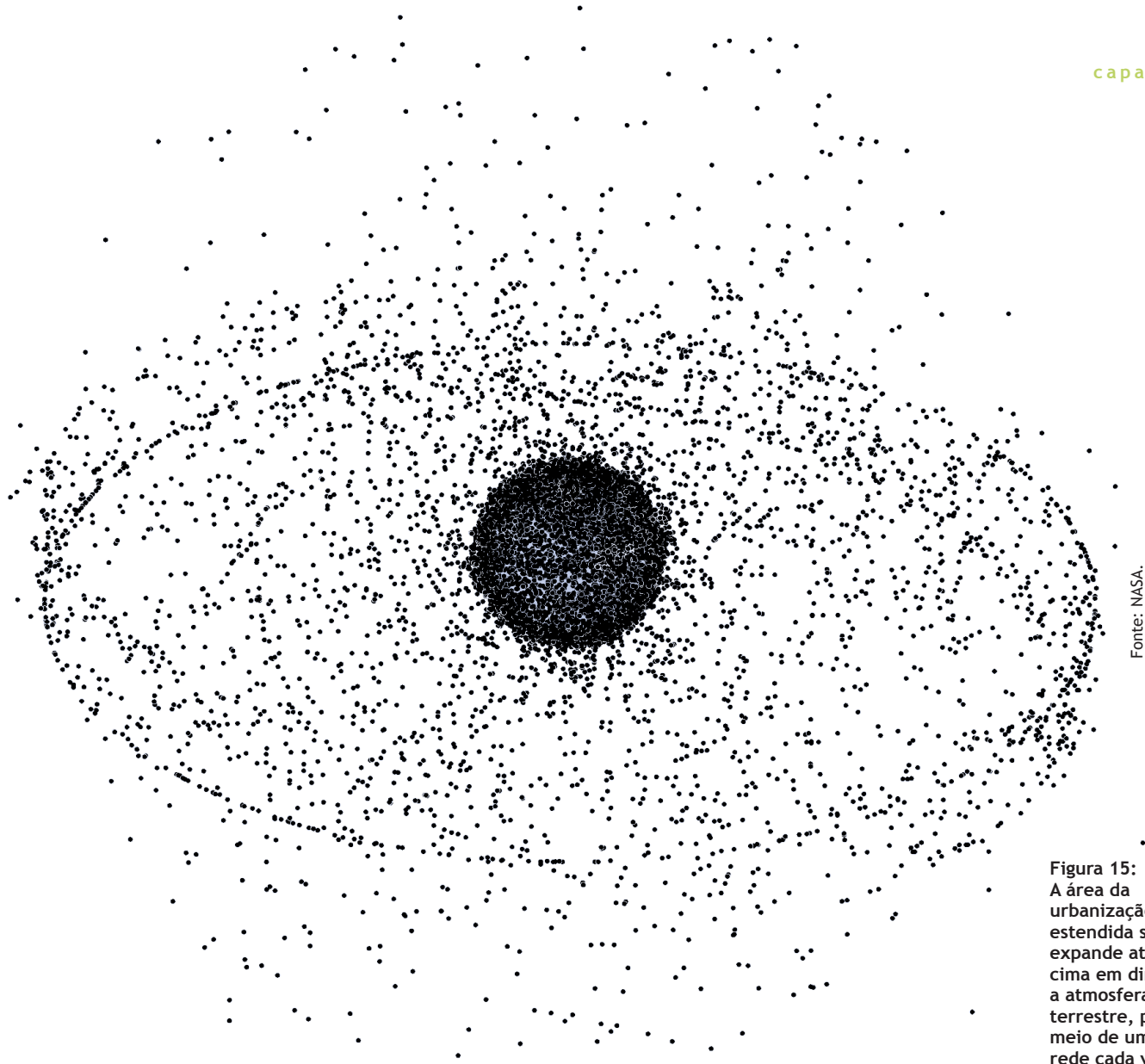
ção de capital, a regulação estatal e a luta sócio-política, assim como os cenários sócio-ambientais, sofrem as tendências de crises sistêmicas e se reorganizam de maneira radical. As aglomerações urbanas são somente um dos muitos lugares sócio-espaciais estratégicos onde se desdobram esses processos de destruição criativa durante a geo-história do desenvolvimento capitalista. Qual é a especificidade das formas contemporâneas de destruição criativa em cada lugar, território e escala, e como estão transformando o herdamo em matéria de geografias globais / urbanas, cenários socioambientais e padrões de desenvolvimento espacial desigual? Quais são os projetos políticos em disputa, neoliberais e de outro tipo, que aspiram modelar e dar um novo caminho a essas formas?

- **Geografias de urbanização.** Como evoluiu a relação entre urbanização concentrada e estendida durante a história do capitalismo? Desde a primeira revolução industrial no século XIX, as grandes aglomerações e os centros metropolitanos figuram entre os principais âmbitos de destruição criativa capitalista; atuaram como as “frentes primárias” na hora de formular estratégias para produzir, circular e absorver os excedentes de capital e trabalho e, por fim, facilitar a dinâmica de acumulação de capital a escala mundial (Harvey 1989). Ao que diz respeito ao cenário estendido de urbanização, com suas infraestruturas cada vez mais planetárias de circulação de capital, fluxo de nutrientes e energia e extração de recursos, em que medida se converteu hoje em um terreno estrategicamente essencial (se não, primário) de destruição criativa capitalista? Na era do “Antropoceno”, quando a lógica de industrialização capitalista transformou de maneira indelével os sistemas de vida planetária, existem tendências de novas crises e barreiras sócio-

-ecológicas (como transtornos no abastecimento de alimentos, esgotamento de recursos, escassez de água, novas formas de vulnerabilidade ambiental e diversas manifestações locais e mudanças climáticas globais) que desestabilizem os ritmos de desenvolvimento da urbanização estendida? Quais são as consequências desses processos para as futuras formas e vias de urbanização concentrada e, desde um ponto de vista mais geral, para a organização de entornos construídos pelos seres humanos?

- **Horizontes políticos.** Os atuais debates sobre o direito à cidade conseguiram chamar a atenção para temas vinculados a política de espaço e a luta pelo bem comum local nas grandes cidades do mundo, ou seja, as zonas densamente aglomeradas associadas com o processo de urbanização concentrada. Não obstante, a análise precedente sugere que essas lutas devem se conectar a uma política mais ampla do bem comum mundial; é necessário que nos demais lugares, os camponeses, pequenos proprietários de terras, trabalhadores agrícolas, populações indígenas e setores afins, persigam os mesmos objetivos ao longo dos variados cenários de urbanização estendida. Também nesse caso, a dinâmica de acumulação por expropriação e cercamento gerou efeitos de destruição criativa na vida cotidiana, a reprodução social e as condições sócio-ambientais, que são politizadas por diversos movimentos sociais em cada lugar, território e escala. Cada vez mais, essas transformações e objeções do entorno construído e estendido de circulação de capital ressoa e se produz junto com aquelas que durante muito tempo se difundiram dentro das aglomerações urbanas e ao redor delas<sup>22</sup>. O enfoque aqui proposto

<sup>22</sup> Um argumento ao longo dessas linhas é sugerido na lite-



Fonte: NASA.

Figura 15: A área da urbanização estendida se expande até em cima em direção a atmosfera terrestre, por meio de uma rede cada vez mais espessa de satélites em órbita e lixo espacial.

abre uma perspectiva para a teoria urbana crítica. Em tal marco, se realizam conexões analíticas e estratégicas entre as diversas formas de expropriação produzidas e contestadas ao longo do cenário sócio-espacial planetário.

Uma vez que o caráter “tipo unidade” do urbano é entendido como um produto estrutural das práticas sociais e as estratégias políticas (e deixa de ser sua pressuposição), é possível colocar a investigação sobre urbanização, a destruição criativa do espaço político-econômico sob o capitalismo, no epicentro analítico da teoria urbana. O que sustenta em maior medida a problemática contemporânea da urbanização não é a formação de uma rede mundial de cidades globais ou uma única megalópole universal, mas a extensão desigual desse processo de destruição criativa capitalista em escala planetária.

---

ratura sobre “novos cercos”, especialmente De Angelis 2007. Para uma análise de escopo mais amplo de formas emergentes de contestação sobre o “global comum” (incluindo questões relacionadas à apropriação da terra, água, ar e comida), ver Heynen et al. 2007; Magdoff e Tokar 2010; e Peet, Robbins, e Watts 2011.

## REFERÊNCIAS

- Abu-Lughod, Janet. 1969. *The city is dead—long live the city: Some thoughts on urbanity*. Monograph 12. Berkeley: Center for Planning and Development Research, University of California, Berkeley.
- Amin, Ash, and Nigel Thrift. 2002. *Cities: Reimagining the urban*. Cambridge, U.K.: Polity.
- Angel, Shlomo. 2011. *Making room for a planet of cities*. Policy focus report. Cambridge, Mass.: Lincoln Institute of Land Policy.
- Angelo, Hillary, and David Wachsmuth. n.d. The political ecology of urbanization. Unpublished manuscript. New York: Urban Theory Lab / NYC.
- Bender, Thomas. 2010. Reassembling the city: Networks and urban imaginaries. In *Urban assemblages: How actor-network theory changes urban research*, edited by Ignacio Fariás and Thomas Bender, 303–23. New York: Routledge.
- Berger, Alan. 2006. *Drosscape: Wasting land in urban America*. Princeton, N.J.: Princeton Architectural Press.

- Brenner, Neil. 1998. Between fixity and motion: Accumulation, territorial organization, and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D: Society and Space* 16, no. 4: 459–81. doi:10.1068/d160459.
- . 2004. *New state spaces: Urban governance and the rescaling of statehood*. New York: Oxford University Press.
- . 2009. Restructuring, rescaling, and the urban question. *Critical Planning* 16: 60–79.
- Brenner, Neil, David J. Madden, and David Wachsmuth. 2010. Assemblage urbanism and the challenges of critical urban theory. *City* 15, no. 2: 225–40.
- Brenner, Neil, Jamie Peck, and Nik Theodore. 2010. Variegated neoliberalization: Geographies, pathways, modalities. *Global Networks* 10, no. 2: 182–222. doi:10.1111/j.1471-0374.2009.00277.x.
- Brenner, Neil, and Christian Schmid. 2012a. Planetary urbanization. In *Urban constellations*, edited by Matthew Gandy, 10–13. Berlin: Jovis.
- . 2012b. *The urban age in question*. Cambridge, Mass.: Urban Theory Lab, Harvard Graduate School of Design; Zurich: ETH Zurich.
- . n.d. Towards a theory of extended urbanization. Unpublished manuscript. Cambridge, Mass.: Urban Theory Lab, Harvard Graduate School of Design; Zurich: ETH Zurich.
- Brubaker, Rogers, and Frederick Cooper. 2000. Beyond identity. *Theory and Society* 29, no. 1: 1–47. doi:10.1023/A:1007068714468.
- Brugmann, Jeb. 2010. *Welcome to the urban revolution*. New York: Bloomsbury.
- Burdett, Ricky, and Deyan Sudjic, eds. 2006. *The endless city: The Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society*. London: Phaidon.
- Castells, Manuel. 1976. Is there an urban sociology? In *Urban sociology: Critical essays*, edited by Ricky Burdett and Deyan Sudjic, 33–59. London: Tavistock.
- . 1977 (1972). *The urban question: A Marxist approach*. Translated by Alan Sheridan. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Correa, Felipe. 2011. A projective space for the South American hinterland: Resource-extraction urbanism. *Harvard Design Magazine*, no. 34: 174–85.
- Cronon, William. 1991. *Nature's metropolis: Chicago and the Great West*. New York: Norton.
- Davis, Mike. 1991. *City of quartz*. New York: Vintage.
- De Angelis, Massimo. 2007. *The beginning of history: Value struggles and global capital*. London: Pluto.
- Diener, Roger, Jacques Herzog, Marcel Meili, Pierre de Meuron, and Christian Schmid. 2001. *Switzerland - an urban portrait*. Vols. 1–4. Zurich: ETH Studio Basel/Birkhäuser.
- Doxiadis, Constantinos, and J. G. Papaioannou. 1974. *Ecumenopolis: The inevitable city of the future*. New York: Norton.
- Elden, Stuart. 2011. The space of the world. *New Geographies* 4: 26–31.
- Fariás, Ignacio. 2010. Introduction: Decentering the object of urban studies. In *Urban assemblages: How actor-network theory changes urban research*, edited by Ignacio Fariás and Thomas Bender, 1–24. New York: Routledge.
- Fariás, Ignacio, and Thomas Bender, eds. 2010. *Urban assemblages: How actor-network theory changes urban research*. New York: Routledge.
- Florida, Richard. 2008. *Who's your city?* New York: Basic Books.
- Friedmann, John, and John Miller. 1965. The urban field. *Journal of the American Planning Association* 31, no. 4: 312–20.
- Gamba, Paolo, and Martin Herold, eds. 2009. *Global mapping of human settlement*. New York: Taylor and Francis. doi:10.1201/9781420083408.
- Gans, Herbert. 2009. Some problems of and futures for urban sociology: Toward a sociology of settlements. *City and Community* 8, no. 3: 211–19. doi:10.1111/j.1540-6040.2009.01286.x.
- Glaeser, Edward. 2011. *Triumph of the city: How our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier, and happier*. New York: Penguin.
- Gleeson, Brendan. 2012. The urban age: Paradox and prospect. *Urban Studies* 49, no. 5: 931–43. doi:10.1177/0042098011435846.
- Goonewardena, Kanishka. 2005. The urban sensorium: Space, ideology, and the aestheticization of politics. *Antipode* 37, no. 1: 46–71. doi:10.1111/j.0066-48122005.00473.x.
- Goswami, Manu. 2002. Rethinking the modular nation form: Toward a socio-historical conception of nationalism. *Comparative Studies in Society and History* 44, no. 4: 770–99. doi:10.1017/S001041750200035X.
- Gottdiener, Mark. 1985. *The social production of urban space*. 2nd ed. Austin: University of Texas Press.
- Gottmann, Jean. 1961. *Megalopolis*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Hardt, Michael, and Antonio Negri. 2009. *Commonwealth*. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press.
- Harvey, David. 1982. *The limits to capital*. Chicago: University of Chicago Press.
- . 1989. *The urban experience*. Baltimore, Md.:

- Johns Hopkins University Press.
- . 2012. *Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution*. London: Verso.
- Heynen, Nik, Maria Kaika, and Erik Swyngedouw, eds. 2006. *In the nature of cities: Urban political ecology and the politics of urban metabolism*. New York: Routledge.
- Heynen, Nik, James McCarthy, Scott Prudham, and Paul Robbins, eds. 2007. *Neoliberal environments: False promises and unnatural consequences*. New York: Routledge.
- Jacobs, Jane. 1965. *The death and life of great American cities*. New York: Modern Library.
- Jameson, Fredric. 1988. Cognitive mapping. In *Marxism and the interpretation of culture*, edited by Cary Nelson and Lawrence Grossberg, 347–57. Urbana: University of Illinois Press.
- Kahn, Andrea. 2005. Defining urban sites. In *Site matters: Design concepts, histories, and strategies*, edited by Carol Burns and Andrea Kahn, 281–96. New York: Routledge.
- Kroeber, Gavin. 2012. Experience economies: Event in the cultural economies of capital. Master's of Design Studies thesis, Harvard University Graduate School of Design.
- Latour, Bruno, and Emilie Hermant. 2006 (1998). *Paris: Invisible city*. Translated by Liz Carey-Libbrecht. Virtual book. [www.bruno-latour.fr/sites/default/files /downloads/viii\\_paris-city-gb.pdf](http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/viii_paris-city-gb.pdf).
- Lefebvre, Henri. 2003 (1970). *The urban revolution*. Translated by Robert Bononno. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- . 2009. *State, space, world: Selected essays*. Edited by Neil Brenner and Stuart Elden and translated by Gerald Moore, Neil Brenner, and Stuart Elden. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Luke, Timothy. 1997. At the end of nature: Cyborgs, “humachines,” and environments in postmodernity. *Environment and Planning A* 29, no. 8: 1367–80. doi:10.1068/a291367.
- Lynch, Kevin. 1960. *The image of the city*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Madden, David. Forthcoming. City becoming world: Nancy, Lefebvre, and the global-urban imagination. *Environment and Planning D: Society and Space*.
- Magdoff, Fred, and Brian Tokar, eds. 2011. *Agriculture and food in crisis: Conflict, resistance, and renewal*. New York: Monthly Review Press.
- Martindale, Don. 1958. Prefatory remarks: The theory of the city. In *The city*, by Max Weber, translated and edited by Don Martindale and Gertrud Neuwirth, 9–64. Glencoe, Ill.: Free Press.
- Mayer, Margit. 2012. The “right to the city” in urban social movements. In *Cities for people, not for profit: Critical urban theory and the right to the city*, edited by Neil Brenner, Peter Marcuse, and Margit Mayer, 63–85. New York: Routledge.
- McFarlane, Colin. 2011a. Assemblage and critical urbanism. *City* 15, no. 2: 204–24. doi:10.1080/13604813.2011.568715.
- . 2011b. The city as assemblage: Dwelling and urban space. *Environment and Planning D: Society and Space* 29, no. 4: 649–71. doi:10.1068/d4710.
- Merrifield, Andy. 2002. *Metromarxism: A Marxist tale of the city*. New York: Routledge.
- . 2012. The politics of the encounter and the urbanization of the world. *City* 16, no. 2: 265–79.
- Monte-Mór, Roberto Luis de Melo. 2004. Modernities in the jungle: Extended urbanization in the Brazilian Amazon. Ph.D. diss., University of California, Los Angeles.
- . 2005. What is the urban in the contemporary world? *Cadernos de Saúde Pública (Reports on Public Health)* 21, no. 3: 942–48.
- Ollman, Bertell. 1993. *Dialectical investigations*. London: Routledge.
- Ong, Aihwa. 2000. Graduated sovereignty in South-East Asia. *Theory, Culture and Society* 17, no. 4: 55–75. doi:10.1177/02632760022051310.
- Park, Bae-Gyoon, Richard Child Hill, and Asato Saito, eds. 2011. *Locating neoliberalism in East Asia: Neoliberalizing spaces in developmental states*. Oxford: Wiley-Blackwell. doi:10.1002/9781444346657.
- Peet, Richard, Paul Robbins, and Michael J. Watts, eds. 2011. *Global political ecology*. New York: Routledge.
- Potere, David, and Annemarie Schneider. 2007. A critical look at representations of urban areas in global maps. *GeoJournal* 69, nos. 1–2: 55–80. doi:10.1007/s10708-007-9102-z.
- Roy, Ananya. 2009. The twenty-first-century metropolis: New geographies of theory. *Regional Studies* 43, no. 6: 819–30. doi:10.1080/00343400701809665.
- Roy, Ananya, and Aihwa Ong, eds. 2011. *Worlding cities: Asian experiments and the art of being global*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Sarkis, Hashim. 2011. The world according to architecture: Beyond cosmopolis. *New Geographies* 4: 104–8.
- Saunders, Peter. 1986 (1981). *Social theory and the urban question*. 2nd ed. London: Routledge.

- Sayer, Andrew. 1981. Abstraction: A realist interpretation. *Radical Philosophy*, no. 28: 6–15.
- . 1984. Defining the urban. *GeoJournal* 9, no. 3: 279–85.
- Sayre, Nathan. 2010. Climate change, scale, and devaluation: The challenge of our built environment. *Washington and Lee Journal of Energy, Climate, and the Environment* 1, no. 1: 93–105.
- Schmid, Christian. 2001. Theory. In *Switzerland - an Urban Portrait*, by Roger Diener, Jacques Herzog, Marcel Meili, Pierre de Meuron, and Christian Schmid, 1:163–224. Zurich: Birkhäuser.
- . 2005. *Stadt, Raum, und Gesellschaft: Henri Lefebvre und die Theorie der Produktion des Raumes (City, region, and society: Henri Lefebvre and the theory of the production of space)*. Stuttgart: Franz Steiner.
- . 2012. Henri Lefebvre, the right to the city, and the new metropolitan mainstream. In *Cities for people, not for profit: Critical urban theory and the right to the city*, edited by Neil Brenner, Peter Marcuse, and Margit Mayer, 42–62. New York: Routledge.
- . n.d. Patterns and pathways of global urbanisation: Towards a comparative analysis. Unpublished manuscript. Zurich: Urban Theory Lab ETH Zurich.
- Seijdel, Jorinde 2009. Editorial. In The art biennial as a global phenomenon: Strategies in neo-political times, special issue, *Open* 16.
- Soja, Edward. 2000. *Postmetropolis: Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell.
- Soja, Edward, and Miguel Kanai. 2006. The urbanization of the world. In *The endless city: The Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society*, edited by Ricky Burdett and Deyan Sudjic, 54–68. London: Phaidon.
- Stanek, Łukasz. 2011. *Henri Lefebvre on space: Architecture, urban research, and the production of theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Swyngedouw, Erik. 2006. Metabolic urbanization: The making of cyborg cities. In *In the nature of cities: Urban political ecology and the politics of urban metabolism*, edited by Nik Heynen, Maria Kaika, and Erik Swyngedouw, 21–62. New York: Routledge.
- UN-Habitat (United Nations Centre for Human Settlements). 1996. *An urbanizing world: Global report on human settlements*. Oxford: Oxford University Press for UN-Habitat.
- Wachsmuth, David. Forthcoming-a. City as ideology. *Environment and Planning D: Society and Space*.
- . Forthcoming-b. Three ecologies: Urban metabolism and the society/ nature opposition. *Sociological Quarterly*.
- Wachsmuth, David, David J. Madden, and Neil Brenner. 2011. Between abstraction and complexity: Meta-theoretical observations on the assemblage debate. *City* 15, no. 6: 740–50. doi:10.1080/13604813.2011.632903.
- Wirth, Louis. 1969 (1937). Urbanism as a way of life. In *Classic essays on the culture of cities*, edited by Richard Sennett, 143–64. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Zukin, Sharon. 2011. Is there an urban sociology? Questions on a field and a vision. *Sociologica*, no. 3: 1–18.

## NOTA

Esse artigo foi construído a partir de muitos anos de debate e com o trabalho de colaboração em curso com Christian Schmid, da ETH de Zurich. O autor agradece Travis Bost e Nikos Katsikis, da Harvard Graduate School of Design, por sua ajuda com ideias e imagens. O Centro Weatherhead para Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard deu apoio às pesquisas. Hillary Angelo, Eric Klinenberg, Peter Marcuse, Margit Mayer, Jen Petersen, Xuefei Ren e David Wachsmuth forneceram feedback inestimável para as primeiras versões desse texto. Eles são, com certeza, absolvidos de responsabilidade por suas limitações restantes e pontos cegos. ■